



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 27 - Nº 511 - DE 6 A 20 DE DEZEMBRO DE 2015 - R\$ 3,00

## Impeachment é golpe

A disputa interburguesa em torno do poder do Estado, agora, assumiu concretamente a possibilidade de cassação do mandato de Dilma Rousseff pelo Congresso Nacional. O delinquente Eduardo Cunha desatou o nó do impeachment em favor do PSDB e demais lacaios da política burguesa. Não há dúvida de que foi dado um passo na direção de um golpe institucional.

Aécio Neves, que encabeça a derrubada do governo, é tão corrupto quanto os petistas, que se valeram das relações promíscuas com as empreiteiras, bancos e estatais. O Congresso Nacional é uma cova de bandidos. O

presidente e o vice-presidente do TCU, que julgaram as contas do governo, estão implicados com a corrupção. Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, é um bandido com milionárias contas no exterior. Renan Calheiros, presidente do Senado, é um conhecido larápio. São essas instituições apodrecidas e seus respectivos partidos que deverão julgar o processo de impeachment.

Quem pode julgar o governo burguês de Dilma Rousseff é a população que a elegeu. Somente os explorados, por meio de um Tribunal Popular, poderão decidir o destino do governo eleito.

## Escola ocupada e avenidas bloqueadas impõem derrota ao governo Alckmin

Depois de 25 dias de ocupação de mais de 200 unidades escolares pelos secundaristas, o governador decidiu “suspender” a “reorganização”. Os professores iniciavam a reunião do Conselho para preparar a assembleia, os estudantes vinham enfrentando a tropa de choque na Av. Consolação e quando estudantes e professores cercavam a Secretaria da Educação, Alckmin anunciou à imprensa que “suspendia” o Plano de fechamento de escolas.

Foi a vitória da luta coletiva, do método da ocupação e da ação direta. Foi a vitória da disposição da juventude de enfrentar todo tipo de pressão e violência policial para que desocupasse as escolas. Mas, é preciso estar vigilante, uma vez que o governador apenas suspendeu o Plano contra as escolas públicas. É preciso, agora, organizar a juventude sob um programa de defesa da educação e manter a unidade daqueles que lutaram contra a aplicação do ajuste fiscal.

## Oposição revolucionária a Dilma

## **Política Operária – Agrava a crise política**

# **O que fazer diante do agravamento da crise política?**

A abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) não modifica em essência a crise política. O proletariado, os camponeses pobres, camadas da classe média empobrecida e a juventude oprimida devem lutar por se emanciparem da política burguesa. Assistimos ao agravamento da disputa interburguesa. Permaneça ou caia Dilma, os explorados continuarão diante da brutal ofensiva das forças burguesas, que não têm outra via para protegerem seus capitais e manterem o capitalismo a não ser sacrificando mais e mais a vida das massas e respondendo à suas lutas com violenta repressão. O POR chama os explorados a lutarem por uma plataforma de reivindicações que unifique a maioria oprimida e que permita a defesa da estratégia revolucionária do governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

Em algum momento, o Congresso teria de decidir se acataria o pedido de abertura do processo de impedimento (impeachment). Eduardo Cunha segurou por vários meses a decisão, aguardando o momento oportuno. Deixou para o final a solicitação assinada por Miguel Reale Júnior e Hélio Bicudo. Justamente quando a Comissão de Ética da Câmara dos Deputados Federais estava prestes a acatar o pedido de abertura do processo de sua cassação por “quebra do decoro parlamentar” Cunha soltou a bomba do impeachment.

Está próximo de fazer um ano de mandato e Dilma Rousseff não teve um só minuto de trégua dos opositores e da grande imprensa que assumiram a posição de inviabilizar seu governo e finalmente derrubá-lo sob a bandeira do impedimento. Pouco adiantou que a presidente tivesse se curvado inteiramente às exigências do capital financeiro nacional e internacional. Não alterou o fato de ter se disposto a atacar conquistas trabalhistas e previdenciárias dos trabalhadores. Tomou-se irrelevante Dilma ter entregado o ministério econômico a um representante dos banqueiros. A meta do PSDB, em particular da fração dirigida por Aécio Neves, e do DEM era não permitir que Dilma governasse, que se espatifasse e que concluísse cassada.

A inevitável recessão, as demissões em massa, o aumento da taxa de desemprego, o esgotamento das possibilidades de endividamento da população, a inadimplência, a alta do custo de vida, por sua vez, se encarregaram de golpear o governo e desmorrar seu esteio entre as massas que é o PT. Estava mais do que claro que a subordinação da política econômica à gigantesca dívida públi-

ca e ao pagamento de juros aos parasitas impulsionaria as tendências recessivas, que resultam em destruição de forças produtivas. Os petistas mais espertos e sua burocracia sindical viram que se tratava de um caminho que levava ao precipício. Viram que a entrega da governabilidade ao PMDB era suicídio político. Mas nada puderam fazer, uma vez que eram e são responsáveis pelo governo burguês de Dilma Rousseff. Todos admitiram, apesar do descontentamento, que a presença do ministro Joaquim Levy no governo era o preço a pagar pela subsistência de Dilma e da aliança com o PMDB. De fato, assim se passou e continuará passando se Dilma sobreviver à nova ofensiva golpista.

As massas se desencantaram com o governo antio-perário e antipopular. Não serão os explorados que defenderão o governo e o PT da direita reacionária. Não têm motivo para isso! Foram convencidas pelo bombardeio diário dos monopólios dos meios de comunicação de que se trata de livrar o País de um bando de facínoras e corruptos, como se a oposição não fosse farinha do mesmo saco. É necessário lutar contra toda tentativa de arrastar os explorados por detrás do governo petista e da oposição golpista. Essa linha foi estabelecida desde o início da crise. Evidentemente, é necessário denunciar o impeachment como um instrumento autoritário. E dizer que somente quem elegeu pode destituir o eleito. O golpismo, no entanto, somente será derrotado e sua derrota servir aos explorados se o proletariado assumir a luta por suas próprias reivindicações e estratégia revolucionária. Sob a direção do PT e de sua burocracia sindical isso não ocorrerá.

A tarefa do proletariado era e é de se pôr em pé em defesa de seu programa de reivindicações. A unidade dos explorados em luta contra a destruição dos postos de trabalho, contra subordinar a economia e a vida da maioria oprimida aos interesses do grande capital e contra a ofensiva do imperialismo, bem como a luta pela defesa dos empregos, dos salários e dos direitos trabalhistas, sem dúvida, está em oposição revolucionária ao conjunto da política burguesa e aos seus governos. Somente não se tem essa unidade porque a classe operária está sob o controle da burocracia sindical e permanece subordinada à disputa interburguesa. Sem um poderoso partido revolucionário não tem como rechaçar as variantes da política burguesa e marchar sob a estratégia da revolução social.

# Bandido decide pela abertura do impeachment

Quando Dilma Rousseff recuperava o fôlego político e a espada do impeachment se afastava de sua cabeça, eis que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, decidiu acatar o pedido assinado pelos juristas Miguel Reale Júnior e Hélio Bicudo. Caberá a uma comissão interpartidária resolver se abre o processo político de cassação ou se encerra o caso.

Especula-se se o governo terá capacidade de manter a maioria de sua base aliada para afastar a perda do mandato. Faz parte do impacto da decisão de Cunha a movimentação em torno do lugar que ocupará o vice-presidente Michel Temer. É decisiva a posição do PMDB. Nada disso está claro no primeiro momento. A evidência está no fato de que essa decisão alimentará as forças golpistas, encabeçadas pelo PSDB (fração de Aécio Neves/Carlos Sampaio), DEM, Solidariedade e PPS a derrubar o governo do PT.

O movimento de massas da classe média, arregimentado pelas redes sociais, estava morto. A tentativa de uma ala dos caminhoneiros de parar o país e reacender a bandeira do impeachment fracassou. Neste quadro, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, reconheceu o sentido golpista do movimento pró-impeachment. O governo aliviado respirou. Por outro lado, o Congresso Nacional começou a desbloquear a oposição a todas as iniciativas do Planalto. Tudo indicava que Dilma Rousseff recuperava a iniciativa, ainda que a instabilidade política não tivesse sido vencida.

A Operação Lava Jato cercava Lula e seus familiares. Essa era a próxima etapa da ofensiva da Polícia Federal contra o PT. A surpresa veio com a revelação de que Delcídio Amaral, importante homem do governo no Senado, ofereceu meios para o ex-diretor da Petrobrás, Nestor Cerveró, escapar da prisão. A prisão do parlamentar e a quebra de sua imunidade em votação no Senado foi um duro golpe contra Dilma e o PT. Indicou que o braseiro do impeachment poderia se aquecer.

Em meio à retomada da crise política, a Comissão de Ética da Câmara Federal iniciava o pedido de abertura de processo de cassação do mandato de Eduardo Cunha. Está mais do que provado que não apenas é um bandido da política burguesa, como também, por sua esperteza e por se apoiar em uma rede de deputados asseclas, um perigoso facínora. A oposição e governo passaram a depender da decisão de um gangster para engavetar ou despachar o pedido de impeachment.

Pode parecer que se trata de tão somente um homem. Em absoluto, o Congresso Nacional está constituído por um bando de corruptos e reacionários. Espelha a decadente burguesia brasileira. Os partidos e políticos que controlam a máquina do Estado são mantidos por milionárias contribuições. Era visível a venalidade. Mas precisou da revelação da corrupção pela Operação Lava Jato para se reconhecer o que era conhecido. Empreiteiras, banqueiros, agroindustriais e multinacionais sustentam o parlamento e controlam o executivo. Agora se diz que finalmente poderosos empresários foram processados e

condenados à prisão. No entanto, nada muda no fundamental. A política burguesa é obra da burguesia e por ela deve ser financiada. Às massas exploradas cabe suportar as decisões antioperárias e antinacionais.

O PT mergulhou fundo no pântano da política burguesa. Está pagando por não ser um partido orgânico da classe capitalista, por pretender levar adiante um reformismo adaptado ao imperialismo e por finalmente se mostrar impotente diante da gigantesca crise econômica. Está mais do que provado que Aécio Neves usou e abusou do cofre do Estado de Minas. O PSDB desse estado foi o criador do mensalão. O escândalo das obras do metrô de São Paulo, envolvendo multinacionais, foi abafado. A administração do governo de Fernando Henrique Cardoso esteve marcada por inúmeros escândalos – um deles foi o do Proer que salvou banqueiros quebrados à custa do Tesouro Nacional. As privatizações foram um brutal ataque à economia nacional. Nada disso foi motivo de tanto alvoroço.

O PT acusa os organizadores do movimento pró-impeachment com justificativa legal. Não há nada que incrimine o governo, dizem. Quanto ao PT, os milhões recebidos de empresários foram contabilizados. É dinheiro tão limpo quanto o recebido pelo PSDB, reclama Lula. Quanta mentira de todos os lados! Ninguém pode dizer a verdade para os explorados, que são arrastados para as eleições e submetidos à política dos exploradores.

O golpismo não diz respeito se o governo do PT é ou não corrupto. Ocorre que não há nenhum partido da burguesia que não seja corrupto. Como pode o destino da presidente Dilma depender de uma decisão de um delinquente como Eduardo Cunha? Como pode governo e oposição se submeterem ao seu poder de presidente da Câmara dos Deputados? Está claríssimo que o impeachment tem servido à conspiração palaciana, envolvendo a Polícia Federal, o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União e o Tribunal Superior Eleitoral. Conspira-se por toda a parte. A população simplesmente assiste a uma imprensa alinhada ao golpismo, que a bombardeia diariamente, durante meses, caçando os petistas e protegendo dos peessedebistas, etc.

A base sobre a qual Eduardo Cunha deu causa à oposição, no entanto, não se refere à Operação Lava Jato. Os promotores do pedido de impeachment justificam a abertura de um processo político em torno de crime de responsabilidade fiscal. E a longa peça aceita por Eduardo Cunha, que fundamenta a abertura do processo de cassação do mandato de Dilma Rousseff, descreve um rol de irregularidades administrativas que ferem a Lei de Responsabilidade Fiscal. O TCU que não passava de um órgão burocrático de repente se tornou um rigoroso juiz das contas públicas do governo petista. Em sua defesa, Dilma mostrou que não fez senão repetir as manobras que fizeram governos anteriores e que o TCU admitiu com apenas ressalvas. Nada adiantou. O TCU estava decidido a dar as armas que

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

o PSDB/DEM necessitava.

O presidente, Aroldo Cendraz, e vice-presidente do TCU, Raimundo Carreiro, estão implicados no mesmo escândalo de corrupção. Se fosse passar a limpo todas as instituições, não haveria quem estaria ausente de compromissos com a venalidade e a imoralidade. É essa situação que explica por que Eduardo Cunha está com as mãos livres para fazer o que bem entender. As provas de sua ladroagem são incontestáveis, como demonstram os milhões de dólares ocultos em contas no exterior.

É necessário caracterizar de golpe institucional porque os partidos que promovem o impeachment são tão corruptos quanto o PT. As instituições do Estado se colocaram a serviço de um Aécio Neves. O presidente da Câmara age em causa própria e serve à oposição. Mas o problema fundamental é que o recurso do impeachment é antidemocrático. Depois que a população, que é constituída pela maioria explorada e oprimida, elege os candidatos, perde qualquer poder sobre o que fazem ou que deixam de fazer. A cassação do mandato fica a cargo das instituições do Estado, que está sob a influência do poder econômico burguês. A democracia não pode se assentar no princípio verdadeiramente democrático de quem elege deve investigar autonomamente os eleitos, por meio de um Tribunal Popular, e cassar seu mandato.

O impeachment de Dilma não passa de uma manobra autoritária com aparência democrática e de falso respeito à vontade popular. Afirmamos que de acordo com a democracia eleitoral quem elegeu é quem pode destituir. A população não deu ne-

nhum mandato à oposição para cassar o mandato de Dilma Rousseff.

Não se trata de apoiar o governo burguês do PT. Dilma já não pode manter a máscara do reformismo, cujo alcance não vai além das esmolas do Programa Bolsa Família, do Minha Casa Minha Vida, Prouni, Fies, etc. Nem mesmo essas querelas estão sendo mantidas integralmente. A diretriz governamental é proteger os banqueiros e o grande capital. A crise econômica se agrava e o governo a descarrega sobre os explorados. Não se trata de se prender à disputa interburguesa no seio do Estado, que no momento põe concretamente a possibilidade política da cassação. O ponto de partida da luta está em organizar os movimentos contra os ataques da burguesia e do governo às condições de existência dos oprimidos. O que não nos desobriga a nos opor que a direita burguesa derrube arbitrariamente o governo eleito.

No seu curto pronunciamento, Dilma não foi além da indignação e da denúncia indireta a Eduardo Cunha. Mostrou-se acuada e incapaz de denunciar o golpe que toma a forma parlamentar. O PT referiu-se ao golpismo, mas amparada no argumento de que não há base legal. A legalidade já não tem a mínima importância desde que o TCU dirigido por juizes acusados de corrupção condenou as contas do governo, desde que o delinquente Eduardo Cunha se manteve na presidência da Câmara e desde que Aécio Neves ficou isento de suas falcaturas no governo de Minas Gerais. Há que se dizer claramente: o impeachment é uma medida antidemocrática, que serve à direita burguesa. Somente as massas que elegeram Dilma podem arrancá-la do poder.

## Esquerda revela eleitoralismo oportunista diante da manobra de Cunha

Assim que Eduardo Cunha aceitou a abertura de processo de impeachment contra Dilma Rousseff, as esquerdas se pronunciaram a respeito. Em geral, houve muita semelhança nas propostas defendidas. Excetuando as posições dos apoiadores do governo (PCO, O Trabalho), as esquerdas se colocam por alternativas institucionais.

### PSTU: eleições gerais

O PSTU, em sua nota oficial, levanta as bandeiras: *“Fora Dilma, Fora Cunha, Fora Temer, Aécio e esse Congresso Nacional! Fora todos eles!”* Afirma que o caminho para isso é *“mobilização para botar todos eles para fora, em defesa das nossas reivindicações e contra o ajuste fiscal que todos eles defendem, que podemos construir uma alternativa dos de baixo para governar o país”*. Mas, logo a seguir, diz que *“ainda não temos uma organização dos trabalhadores e do povo pobre apoiada nas suas lutas para governar, que é o caminho que pode garantir mudança de verdade”*. Em outras palavras, não está dada a possibilidade de tomada imediata do poder pelos explorados. Então, diante disso, lhe parece que a única alternativa viável é: *“que se convoquem novas eleições gerais no país, para presidência da República, senadores, deputados federais e governadores”*.

O PSTU segue a tese morenista (tese 35 das “Teses para Atualização do Programa de Transição”) de que não vivemos um momento histórico de revoluções de outubro, portanto cabe disputar a via eleitoral unindo as urnas e as lutas.

Com essa posição, alimenta nos explorados as ilusões das

possibilidades de um governo eleito realizar um programa de transformações socialistas. Auxilia os exploradores na tarefa de mantê-los submetidos às ilusões eleitorais e nas instituições da burguesia. Portanto acaba agindo em oposição à independência de classe, que se expressa na luta política pelas reivindicações gerais, com os métodos próprios do proletariado, sob a estratégia do governo operário e camponês.

A posição do LSR/PSol não difere muito: *“Defendemos a construção de uma terceira alternativa, uma frente social e política, que apresente uma alternativa ao PT, PMDB e PSDB, baseada nessa luta contra o ajuste, unindo os partidos de esquerda e dos trabalhadores, PSOL, PSTU e PCB, junto com movimentos sociais combativos”*. Ao não descrever quem fará parte da frente eleitoral de esquerda de antemão, portanto uma frente organizada por cima, nada tem a ver de fato com as lutas e mobilizações.

### A posição do MES/PSol: eleições e constituinte

Diante da aceitação do pedido de impeachment por Cunha, Luciana Genro reafirma as teses defendidas por sua corrente para o Congresso do PSol: *“É preciso lutar por uma mudança estrutural no sistema político e no modelo econômico através de novas eleições gerais com regras verdadeiramente democráticas e uma Assembleia Constituinte que possibilite ao povo tomar as rédeas da política nas suas próprias mãos, colocando abaixo as instituições apodrecidas e capturadas pelo poder econômico e pelas castas políticas que não têm nenhum compromisso com os interesses do povo”*.

Sob o domínio da burguesia sobre a economia, não será

possível que haja eleições de fato democráticas. A democracia burguesa é feita para que as frações da burguesia disputem entre si suas fatias no comando do Estado. Em toda democracia burguesa, o poder econômico é a força decisiva e a concretiza por meio de medidas antidemocráticas, que privilegiam os candidatos das frações e partidos capitalistas. A luta dos explorados para que, ainda sob as ilusões democráticas, exijam das instituições burguesas o direito de participação de seus candidatos não anula essa essência.

Jamais uma assembleia constituinte será livre e soberana sob o poder da burguesia. Somente um governo operário e camponês pode realizar essa tarefa.

### O MRT/LER-QI segue o PSol: eleições e constituinte “livre e soberana”

O MRT/LER-QI acredita que a aceitação por Cunha do processo de impeachment “vai ser longo”, não é um blefe lançado em função das declarações dos deputados petistas de votação favorável ao andamento do processo de cassação do larápio, e vai ter amplas repercussões na disputa “das cúpulas que dominam a política nacional” e numa acentuação das posições das direções das organizações de massa e de esquerda, em favor do governo.

Assim, defende a terceira via eleitoral: “Mais do que nunca se faz necessária na política nacional uma terceira força, que represente os interesses dos trabalhadores e da juventude contra o governo Dilma e o PT de Lula e contra a direita”. E “a demanda de uma assembleia constituinte, livre e soberana, imposta pela mobilização operária e popular e organizada de forma independente do atual sistema de partidos, onde a classe trabalhadora e o povo possam debater como fazer com que sejam os ricos que paguem pela atual crise”.

O que o MRT/LER-QI agrega à proposta do PSol é que a constituinte da LER será capaz de fazer com que os ricos paguem pela crise. Ou seja, alimenta ainda mais as ilusões democráticas nas instituições da burguesia. Sem falar que, autointitulada trotskista, deforma o Programa de Transição, atribuindo à constituinte sob o poder da burguesia qualidades que ela jamais terá.

### Unidos sob uma mesma política

Nota-se que o PSTU, o MRT/LER-QI e MES/PSOL não diferem, no fundamental, em suas respostas à abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff. Não se opõem

## Rio Grande do Norte – Crítica às posições do MRS sobre a participação nos atos pró-impeachment e a secundarização da luta contra a repressão

# MRS defende a participação nos atos pró-impeachment

Na última reunião do Comitê de Lutas RN, abriu-se um ponto de avaliação sobre os atos de outubro (“Outubro de Lutas”), organizados pelo Espaço Unidade e Ação. Chamou à atenção a avaliação realizada pelo Movimento Revolucionário Socialista (MRS), que se reivindica do morenismo. Começou fazendo algumas estimativas sobre a quantidade de pessoas no ato do dia 23/10 e a sua composição quanto às categorias, para demonstrar que o Espaço Unidade e Ação “fracassou”, que os atos “praticamente não existiram” e que “não represen-

que o Congresso aplique uma medida autoritária de cassação do mandato da presidente. Não denunciam que se trata de um golpe institucional, encabeçado pelo PSDB e DEM. E apoiado por setores reacionários da rica classe média. Uns querem que se convoquem eleições gerais, outros querem uma Assembleia Constituinte. Escondem-se por detrás do democratismo, como se a cassação ou não do mandato do governo petista fosse indiferente. No entanto, as massas estão sendo convocadas a se posicionarem, pela oposição, a favor do impeachment. E o PT, as centrais sindicais e movimentos populares as convocam a derrubar o impeachment. Não há, portanto, como ficar indiferente.

O encaminhamento de Eduardo Cunha do pedido da abertura do processo de impeachment é distinto da situação anterior em que a espada do impeachment estava apenas pendurada sobre a cabeça do governo. Agora, a oposição tem como usá-la para cortar a cabeça de Dilma. Na disputa anterior não se colocava o dever dos revolucionários de se posicionar contra o impeachment que era apenas uma ameaça. Aqueles que acusavam o golpismo se curvam diante do ataque do governo às massas, defendendo-o em nome da democracia. Era necessário, portanto, denunciá-los. Agora, o golpe da remoção de Dilma pelo impeachment está em marcha e é preciso detê-lo.

O problema fundamental é que a classe operária continua subordinada aos defensores do governo e, assim, confundem a condenação do impeachment como se fosse um apoio ao governo antinacional e antipopular. Essa confusão não deve impedir que os revolucionários denunciem o golpe e afirme a posição democrática de que somente as massas que elegeram o governo podem revogar seu mandato.

### A independência de classe é necessária

Não se trata das massas apoiarem este ou aquele lado da disputa entre as quadrilhas burguesas, mas de empunhar, com independência de classe e por meio de seus próprios métodos de luta (ação direta), suas reivindicações de defesa dos salários, empregos e direitos atacados pelos capitalistas e seus governos, e por abaixo o ajuste fiscal, o arrocho salarial e as demissões. Por meio da oposição revolucionária ao governo (não eleitoral) e sob a estratégia do governo operário e camponês, assentado na maioria nacional oprimida, construir a unidade nacional dos explorados contra os exploradores e suas medidas de despejo da crise capitalista sobre os assalariados.

taram nenhuma alternativa”. Contrapõe numericamente o ato do dia 23/10 com os atos pró-governo e pró-impeachment, e conclui colocando a necessidade da participação nos atos pró-impeachment.

O exitismo do MRS, ou seja, a sobrevalorização da questão numérica dos atos, em detrimento de uma análise qualitativa da luta de classes, e o seu afã em conduzir o enorme contingente de pessoas descontentes com o governo, não o permite enxergar que, nos atos em defesa do governo e da oposição

burguesa, as massas são levadas à disputa interburguesa em torno do poder do Estado.

Ao caracterizar a posição das massas de serem contra o governo como progressista, chegando até falar que as massas estão pela “*derrubada do governo*”, o MRS mascara que o chamado ao ato pró-impeachment é um chamado às massas a se subordinarem a uma das frações da política burguesa em disputa. A classe média, insatisfeita frente à perda de seu poder de consumo e ameaçada de ruína, se coloca contra o governo não por uma via revolucionária de derrubada do Estado burguês, mas se coloca sim pela via reacionária do impeachment, nos marcos da institucionalidade burguesa. Reacionária, visto que, longe de contribuir para a independência de classe do proletariado e a unidade da maioria oprimida sob seu programa, serve justamente como obstáculo a isso, ao manter as massas, a partir de uma crítica moral à corrupção, no campo da disputa interburguesa.

Quanto ao ato do dia 23/10, chega a colocar que “o Espaço Unidade e Ação não expressa uma independência de classe, mas sim uma terceira alternativa *burguesa*”. Pelo contrário, o Espaço Unidade e Ação, frente à disputa interburguesa em questão, coloca-se no campo de independência de classe, ao não servir nem à defesa do governo burguês do PT nem ao golpismo institucional do PSDB, em um momento em que se criou uma falsa polarização que pressiona as massas a optarem por um ou outro lado. Porém, para que essa independência de classe se desenvolva de fato e se consolide, trata-se de combater politicamente o centrismo, que acaba servindo de obstáculo a isso, uma vez que tende a desviar a luta para a via eleitoralista sob as consignas de “terceiro campo” e “alternativa classista dos trabalhadores, juventude e do povo pobre”, que não apresentam uma precisão científica e se adaptam às ilusões democráticas das massas, além de realizar uma crítica moral à corrupção e mascarar o real conteúdo de classe burguês do Estado.

Portanto, o ato do dia 23/10 se diferencia dos atos pró-governo e pró-impeachment, por não subordinar as massas a umas das duas frações da política burguesa em disputa. Ao caracterizar o Espaço Unidade e Ação como uma “*terceira via burguesa*”, o MRS coloca num mesmo patamar o ato do dia 23/10 com os atos pró-impeachment e pró-governo. Com isso, tenta justificar mais uma vez sua participação no ato da oposição burguesa, visto que se pode inferir, a partir dessa caracterização, o seguinte raciocínio: uma vez que participamos do Espaço Unidade e Ação, que é uma via burguesa e é um fracasso numérico, justificaria participarmos do ato da oposição burguesa, que também é uma via burguesa, mas ainda tem a vantagem de ser numericamente significativa e conter uma característica “progressista” da “*derrubada do governo*”.

Por fim, na ânsia de chamar a atenção das massas descontentes com o governo, o MRS tem levantado a bandeira do “fora Dilma, fora todos” que, no contexto em que é colocada, trata-se de uma concessão à alta classe média que se coloca contra o governo Dilma pela via do impeachment, visto que a imprecisão dessa consigna não aponta para uma saída diferente da que está sendo colocada pela direita burguesa. O “fora todos” tenta dar um ar mais “radical”, mas não expressa uma saída revolucionária, o que acaba não servindo de contraponto

à ideia da via do impeachment e, quando precedido pelo “fora Dilma”, acaba se adaptando à oposição direitista.

## MRS secundariza a luta contra a repressão

Na reunião, também houve uma divergência, no ponto sobre a repressão, quanto à “prioridade” das denúncias a serem feitas e elaboradas que, compondo a unidade de reivindicações, constituiriam o Manifesto do Comitê de Lutas RN.

No ponto, foi feito um balanço de conjuntura com relação à Lei Antiterrorismo, as diversas perseguições políticas que existem no estado e os últimos acontecimentos com relação aos processos aos estudantes na UFRN. Em seguida, propusemos que o Comitê de Lutas RN encaminhasse uma campanha contra a repressão, que englobasse a questão dos processados da UFRN, mas também em relação ao avanço da repressão no contexto do estado como um todo, e nacionalmente.

Diante dessa proposta, o MRS se contrapôs, argumentando que a questão da repressão era fundamental, mas para a vanguarda. Questiona qual seria a resposta que o Comitê iria dar para a cidade, para “50.000-100.000 pessoas”, e concluiu que a resposta à repressão deveria vir como acessória, e que em primeiro lugar teria que se falar das questões econômicas (inflação, transporte, etc). Falsamente afirma que nossa proposta põe em segundo plano as lutas econômicas, e em primeiro lugar a luta contra a repressão. Para o MRS, existiria uma *hierarquia* entre as denúncias de aspectos econômicos e as referentes às perseguições do movimento estudantil e demais categorias e sua respectiva *luta política*. Pondo, mecanicamente, as primeiras em posição privilegiada. Vemos novamente o exitismo do MRS que, na necessidade de responder às “50.000-100.000 pessoas” descontentes com os ataques econômicos do governo, coloca para segundo plano a luta contra a repressão e a relevante importância da defesa incondicional dos perseguidos e processados.

Defendemos que não existe uma hierarquia entre a luta contra o ajuste fiscal e os cortes e a luta contra a repressão, que diante dos ataques políticos do Estado burguês se faz necessário realizar denúncias e campanhas políticas contra a repressão, e que a campanha contra a repressão não exclui o Comitê realizar as denúncias contra o ajuste fiscal, os cortes, etc. Ainda, é um erro entender que a luta contra a repressão é fundamental apenas à vanguarda, visto que se trata de um ataque a todo o movimento que se levanta pelas reivindicações, direito de se manifestar e se organizar. Os processos da UFRN não são um ataque individual aos estudantes, mas sim um ataque da reitoria ao movimento estudantil, com o objetivo de desmoralizá-lo e enfraquecê-lo. Portanto, se faz necessário organizar a defesa política coletiva dos processados, exigindo a revogação da suspensão e fim de todos os processos, como parte da luta contra a repressão da reitoria e em defesa das condições de ensino e permanência.

É necessário que as experiências sirvam para pôr em pé o partido revolucionário. Não é nossa intenção polemizar com o MRS. Suas posições desenvolvidas no Comitê de Lutas são uma trava para organizar o movimento. Trata-se de uma corrente que não se constrói sobre a base do programa proletário, por isso não tem nada a perder em apoiar a bandeira do impeachment e se colocar sob o golpismo da direita burguesa.

# Economia brasileira registra maior queda desde 1996: os explorados têm de se defender dos ataques capitalistas

O PIB brasileiro registrou no terceiro trimestre a maior queda desde 1996, só não foi pior que o da Ucrânia, que está em guerra civil. A queda foi de 1,7% em relação ao anterior, mas de 4,5% em relação ao do ano passado. No ano, a queda registra 2,5%. A previsão é de que o ano feche com retração de 3,2%.

Todos os setores da economia registraram recuo, em diferentes níveis. A agropecuária caiu 2,5% no trimestre. A indústria, 1,3%, mas já ultrapassa os 7% no ano e o setor de máquinas registra queda anualizada de 11% e seus investimentos caíram 15% em relação ao mesmo período de 2014. Os serviços caíram 1%. Os investimentos recuaram 4%, mas a queda passa de 14% no ano. O consumo das famílias caiu 1,5%, mas chega a 6% de retração no ano. A queda de 20% nas importações reflete muito mais que a alta do dólar: reflete a recessão generalizada no país.

## As consequências para os trabalhadores

Desde o final de 2014, o desemprego só tem crescido no Brasil. Em setembro, já registrava um aumento de 56,6% em relação ao final de 2014, ou mais 670 mil trabalhadores demitidos.

O setor mais afetado pelo desemprego é a juventude de 18 a 24 anos, que está 18,4% desempregada, um em cada cinco jovens não trabalha. É o setor onde mais crescem as demissões e o desemprego.

Em relação à formação educacional, os mais formados (mais de 11 anos de escola) lideram a fila dos demitidos: 63,25% ou 1,17 milhão têm educação e não têm emprego, contrariando as teses burguesas de que é estudando que se consegue emprego.

# Balanço da Greve Nacional dos Petroleiros

## Início da greve, pauta de reivindicações e método de luta

A greve dos petroleiros se iniciou no dia 29/10, quando os cinco sindicatos da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) - vinculada à CSP-Conlutas e dirigida pelo PSTU - cruzaram os braços. Os doze sindicatos da Federação Única dos Petroleiros (FUP) - vinculada à CUT e dirigida pelo PT - se juntaram à greve no dia 01/11, dando um caráter unitário e nacional ao movimento paredista.

A greve se levantou por questões econômicas - o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) proposto pela empresa para este ano previa arrocho salarial (com um reajuste de somente 5,26%) e a retirada de direitos históricos da categoria (diminuição do valor da hora-extra, diminuição de jornada com diminuição de salário para algumas funções, etc.) - e por motivos políticos - contra as demissões via PDV, contra o "desinvestimento" e a venda de ativos totalizando 15 bilhões de dólares até 2016, ou seja, o avanço da privatização da Petrobras.

Aprovada a greve e sua pauta de reivindicações foi necessário organizar a luta. Foram aprovados piquetes em quase todas as regiões do Brasil, mas somente em alguns poucos lu-

Economicamente, o setor de serviços está demitindo mais rapidamente que os outros. Por exemplo, em setembro, dos 149 mil demitidos, 79 mil eram comerciários.

O setor de siderurgia, duramente afetado pela queda dos preços das commodities e das importações chinesas, fechou 29 mil vagas nos últimos dois e prevê mais 7.500 só nos próximos seis meses.

## Mais ataques com o ajuste fiscal

O ajuste fiscal promovido pelo governo Dilma não passa de um conjunto de medidas voltadas ao sustento do parasitismo financeiro, às custas de cortes em setores de serviços, como saúde e educação, ataques às pensões, aposentadorias e salário desemprego e, agora, mais impostos, tendo em vista a já anunciada volta da CPMF. O qual será mais um confisco sobre os salários, que já sofrem com a inflação e redução pelos acordos de redução de jornada (PPE). Esse conjunto de medidas é aplicado por todos os governos, desde o federal até os estaduais e municipais.

## Resposta dos explorados

Diante da situação, e contra a política da maioria das direções sindicais corporativistas, é preciso levantar as reivindicações gerais e parciais que unem o conjunto dos explorados para por abaixo o ajuste fiscal, por fim às demissões e garantir o emprego e arrancar salários que sejam suficientes para que as famílias possam sobreviver, reajustados automaticamente de acordo com a inflação. Erguer as bandeiras do Programa de Transição, sob a estratégia do governo operário e camponês.

gares conseguiram realizá-los de fato, como na Refinaria Landulpho Alves (RLAM) na região metropolitana de Salvador e em diversas unidades em Santos. Na Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato (UTGCA), em Caraguatatuba, houve o impedimento somente da entrada de caminhões com GLP e derivados. Os piquetes são expressão da democracia operária, da decisão da maioria, é uma necessidade da luta para impedir que a Petrobras e o Governo Federal driblem a decisão da categoria de paralisar as atividades. O fato de ser proibido pela lei antigreve não pode desestimular os operários a utilizá-lo. O movimento que se mantém preso à legalidade burguesa está fadado à derrota!

A greve petroleira seguiu a tendência geral de luta contra as medidas do "ajuste fiscal" - expressa na greve dos professores da rede estadual de São Paulo, Paraná, Universidades Federais, bancários, etc. - mas em relação a estas possuiu uma particularidade: trata-se de um importante setor da classe operária que lida com a produção de uma mercadoria estratégica na economia capitalista. A paralisação da produção de gás e derivados do petróleo, que representa 13% do PIB, afeta di-



retamente a maior parte dos demais setores da economia. Daí que a greve petroleira tem condições de se colocar com muito maior força diante do governo Dilma e de seu “ajuste fiscal”. Está aí também por que se usou de maior força repressiva contra o movimento.

### **Governo Federal (PT) tentou quebrar a greve**

O Governo, para defender a sua política de “ajuste fiscal”, atuou pela quebra do movimento grevista. De início, se negou a negociar, não reconheceu a pauta de reivindicações, pressionou os trabalhadores para que não parassem a produção com ameaças e cooptações (por exemplo oferecendo horas-extras acima do permitido pela legislação), acionou o aparato repressivo do judiciário através de interditos proibitórios para multar os sindicatos que fizessem piquetes, jogou a polícia militar contra os militantes mais combativos e prendeu lideranças. Dois petroleiros foram presos em Guararema/SP. O episódio da prisão do conselheiro de administração da Petrobrás, Deyvid Bacelar, e de dois integrantes do Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindpetro-BA), na noite do dia 2/11, quando ocorria um ato pela greve dos trabalhadores da RLAM, mostrou a conduta autoritária de Dilma.

Mesmo com as medidas repressivas a greve não recuou. Diante deste quadro e da importância econômica do setor, o Governo Federal foi obrigado a negociar. A Petrobras apresentou no dia 11 de Novembro uma nova proposta de ACT, com aumento de 9,53%, a manutenção dos direitos trabalhistas e se dispôs a formar um “grupo de trabalho técnico”, com participação dos sindicatos, para discutir o plano de investimentos e a venda de ativos. Disse ainda que não podia garantir que não haveriam punições, que parte dos dias parados seriam descontados e soltou uma nota afirmando que “essa é a proposta definitiva da companhia e traduz o empenho máximo da empresa para atender às reivindicações dos empregados e seus representantes.”

### **Burocracia governista da FUP recuou e trabalhou pelo desmonte da greve**

No dia 13 de novembro, houve uma reunião do Conselho Deliberativo da FUP para avaliar a proposta da Petrobras. A burocracia governista, de forma unânime, aceitou as migalhas e orientou as suas bases a suspenderem a greve. Transformou ainda a manobra do governo de criação do “grupo de trabalho”, com o claro objetivo de não debater a privatização, em uma “conquista” histórica da categoria, afirmando em nota que: “Pela primeira vez, teremos a chance de disputar os rumos do plano de negócios da Petrobras, propondo alternativas para o endividamento que levem em conta os impactos da redução dos investimentos no PIB, na geração de empregos, na balança comercial do setor e na arrecadação de royalties”.

Apesar da maior parte dos sindicatos ligados à FUP ter acatado de imediato a orientação de acabar com a greve, importantes sindicatos dirigidos pelos governistas não aceitaram a manobra e deliberaram pela continuidade da greve. Foi o caso do Sindipetro do Norte Fluminense, que decidiu pelo fim da greve somente no dia 20/11, e do Sindipetro do Espírito Santo, que encerrou o movimento só no dia 23/11.

A Direção da FNP orientou as suas bases pela rejeição da proposta do governo e pela continuidade da greve. No entanto não teve como manter a decisão diante do refluxo do movimento e principalmente após o regresso ao trabalho dos petroleiros do Norte Fluminense no dia 20/11.

O fato é que a burocracia governista da FUP em nenhum momento atuou pela vitória do movimento: Entrou na greve somente três dias após o seu início porque foi arrastada pelas suas bases que se chocavam com os ataques do Governo; em várias regiões, a burocracia não atuou durante a greve, como no caso dos piquetes na Refinaria Duque de Caxias (REDUC) que foram aprovados pela base do Sindpetro Caxias e boicotados por sua direção; a FUP mobilizou, segundo denúncias da FNP, fura-greves para as assembleias; realizou assembleias relâmpago para enterrar a greve; e por fim, orientou a sua base para recuar diante da primeira migalha que apareceu, justo no momento em que a Petrobras e o Governo Federal começaram a ceder à pressão do movimento unitário.

### **O problema da terceirização foi esquecido pelas direções sindicais**

Um problema importante dos trabalhadores da Petrobras que não foi sequer citado pelas direções sindicais durante a greve é a questão do avanço da terceirização e da consequente precarização do trabalho.

Os petistas gostam de falar que de 2003 até o presente momento o número de trabalhadores concursados da Petrobras aumentou de 40 mil para 79 mil. O que não dizem é que a terceirização avançou mais rápido, passou de 121 mil para 360 mil. Os concursados que em 2003 representavam 25% da força de trabalho da empresa hoje representam 18%. Os terceirizados trabalham não só nas “atividades-meio” (limpeza, segurança, alimentação, etc.) como também nas “atividades-fim” (extração de petróleo, refino, pesquisa, etc.). Não faltam denúncias e ações judiciais dos sindicatos, do Ministério Público do Trabalho e auditorias do Tribunal de Contas sobre a ilegalidade da terceirização da atividade-fim. No entanto, o quadro só tem piorado.

As direções da FUP e da FNP, unitariamente, esqueceram esta questão durante a greve e programaticamente se limitam a denunciar os excessos da terceirização e levantam a bandeira genérica “contra as terceirizações”, se recusando a defender a bandeira de efetivação de todos os terceirizados! O movimento dos petroleiros para superar o problema da precarização dos terceirizados e da divisão da categoria deve levantar a bandeira de efetivação de todos os terceirizados!

### **Próximo período de lutas...**

Esta greve foi a maior da Petrobras desde a histórica greve de 1995. Como dito anteriormente, expressa a nova etapa da luta de classes que se abriu a partir da crise mundial do capitalismo de 2008 e o consequente despejo da crise sobre as massas. A greve foi vitoriosa na sua pauta econômica, já que conseguiu o índice de reajuste conforme o IPCA e a manutenção dos direitos trabalhistas ameaçados. No entanto, na pauta política não se conseguiu nenhum ganho. O avanço da crise econômica e a manutenção da política pró-imperialista do Governo Federal de superávit primário para garantir o



pagamento do juro da dívida levará o Governo a avançar no processo de privatização e desnacionalização da Petrobras, na terceirização e na quebra de direitos trabalhistas dos petroleiros.

É preciso organizar o movimento para o próximo período. A ausência de um Comando Nacional de Greve limitou o movimento. Reforçamos a necessidade de que FNP e FUP superem o divisionismo e constituam uma frente única sindical baseada na defesa comum das reivindicações, nas assembleias, nas manifestações e nos bloqueios, que nenhuma negociação seja feita em separado com o governo, que nenhuma federação dê um passo à frente da outra sem que seja para garantir o método da ação direta e o fortalecimento da unidade das bases grevistas.

A greve dos petroleiros teve a particularidade de se colocar contra a privatização e desnacionalização levado a cabo pelo governo Dilma Rousseff. Uma luta que ultrapassa os salários levanta uma bandeira política anti-imperialista está obrigada a se voltar para o conjunto dos explorados.

Sem dúvida, a luta contra o avanço da privatização e desnacionalização da Petrobrás é estratégica para o movimento operário. A Petrobrás está semi-privatizada e no fundamental o petróleo permanece sob o controle das multinacionais. A bandeira da classe operária é de nacionalização sem indenização e

controle operário da produção petrolífera. A enorme desnacionalização e monopolização das riquezas naturais do Brasil exige uma resposta unitária de todos os explorados, erguendo-se em uma frente única anti-imperialista. Trata-se de enfrentar de um lado o entreguismo da burguesia nacional e, de outro, os interesses do imperialismo. Está aí por que os petroleiros não podem permanecer no meio do caminho, contrapondo apenas a novas medidas de privatização. É preciso levantar a bandeira de estatização integral da Petrobrás, sem indenização, sob o controle operário da produção. Medida essa que deve fazer parte do programa anticapitalista e anti-imperialista de expropriação geral do grande capital e, portanto, da luta por um governo operário e camponês.

**Abaixo a repressão do governo Dilma!**

**Fim da legislação antigreve! Pelo direito de manifestação e expressão!**

**Rejeitar a terceirização e o seu aprofundamento com o PLC30/2015 (antigo PL4330)!**

**Pela efetivação de todos os terceirizados!**

**Em defesa dos métodos próprios da classe operária de ação direta (piquetes, manifestações, etc.)!**

**Estatização integral da Petrobrás, sem indenização, sob o controle operário da produção!**

**Por um Governo Operário e Camponês!**

## **As ocupações e os bloqueios de avenidas obrigaram Alckmin a recuar e impuseram a queda do Secretário da Educação**

Os estudantes que ocupavam as escolas há mais de 20 dias decidiram bloquear as grandes avenidas da capital. Nos últimos dias, foram realizados bloqueios simultâneos. O governo vinha respondendo com a violência policial. A tropa de choque caçou e prendeu dezenas de estudantes. Criou-se uma situação insustentável para Alckmin. O governador passou a enfrentar críticas de “uso abuso da força policial”, “de se recusar a discutir o Plano com os pais e estudantes”, de “fazer da educação um problema de polícia”, de “esconder que o Plano visava unicamente a corte de recursos” e que “não havia nada de pedagógico na reorganização”. O autoritarismo do Secretário da Educação, Herman Voorwald, serviu ao governador para assegurar, até ontem, a implantação do Plano de fechamento de escolas. Estudantes, pais e a Apeoesp exigiam que Herman suspendesse a “reorganização”. Mas prevalecia a truculência.

A gota d'água foi a publicação na terça-feira do decreto oficializando o fechamento de 93 escolas, a criação de 754 escolas de um único ciclo, a transferência compulsória de funcionários, a remoção de professores e o deslocamento de 311 mil alunos para outras unidades (algumas a quilômetros de distância). A partir daí os estudantes iniciaram as manifestações de rua. Os estudantes bloqueavam as avenidas com as cadeiras e carteiras e levantavam a reivindicação de fim do Plano de Alckmin. A dura repressão foi causando revolta entre os pais e os explorados, ao verem crianças e jovens serem atacados pelas bombas de gás lacrimogênio, espancados e presos. Várias ações judiciais foram impetradas contra a violência policial, exigindo a suspensão da “reorganização”. Porém, o que provou o recuo de Alckmin foi o avanço dos bloqueios e das ocupações.

Na sexta-feira, os estudantes trancaram vários pontos da capital. A tropa de choque cercou e atacou o movimento. A Apeoesp havia convocado uma assembleia para o período da tarde e cerca de 300 professores (Conselho de Representantes) estavam prontos, desde manhã, para discutir o avanço do movimento de resistência. A Justiça havia suspendido a “reorganização” no município de Guarulhos. O barulho das bombas e a correria dos estudantes levaram esses professores para as ruas, que se somaram aos estudantes. A tropa de choque cercou os manifestantes nas proximidades da Secretaria da Educação. Foi nesse momento que Alckmin anunciou a suspensão da “reorganização”. A tropa de choque recuou, o cerco foi desfeito e os professores retornaram à reunião (que se realizava numa escola ocupada), à espera do anúncio oficial que foi prometido para às 13 horas. Antes do pronunciamento do governador, a imprensa anunciou a queda de Herman.

Como se vê, para Alckmin a situação era insustentável. Aumentar a repressão sobre os alunos, boa parte menores de idade, era uma temeridade para o PSDB. Estava sem base de apoio para fazer valer seu Plano contra as escolas públicas. A Anistia Internacional havia condenado a repressão às manifestações dos estudantes, que qualificou como “pacíficas”. Os agrupamentos vinculados aos Direitos Humanos fizeram duras críticas aos atos de violência contra “as crianças e adolescentes”. O Cenpec (Centro de Estudo e Pesquisas da Educação) “lastimou a ação da PM, dizendo que precisava ser “brecada antes de ter consequências piores”. Os Ministérios Públicos estavam atolados de ações de pais e professores contra o fechamento das escolas e se viam na contingência de dar ganhos favoráveis aos impetrantes. Aca-

dêmicos ligados à educação questionaram os falsos argumentos “pedagógicos” da “reorganização” do ensino.

A Apeoesp manteve a assembleia, que reunia estudantes, professores e movimentos populares. As intervenções mostraram o acerto da luta. A Corrente Proletária interveio ressaltando o papel fundamental dos estudantes com as ocupações e os bloqueios. Mostrou a importância dos métodos da ação direta, próprios da classe operária. Enfatizou que sem essas ações, o governo não cederia. E concluiu que o governador teria de revogar o decreto. A assembleia aprovou uma nova manifestação, no dia 10.

O comando dos estudantes, por sua vez, decidiu não desocupar as escolas até que o decreto fosse revogado. Os acontecimentos dessa semana serão decisivos para o movimento de resistência.

*Este artigo foi escrito antes da decisão do governo de recuar em seu plano de “reorganização” do ensino” e da saída do Secretário da Educação.*

## O Plano de Alckmin de fechamento de escolas e turnos enfrenta enorme resistência

São mais de 210 ocupações. Os estudantes trancaram os portões e assumiram o comando das escolas. As assembleias de alunos, que se realizam no interior das escolas, aprovam as atividades, que são realizadas coletivamente. Limpeza, alimentação, controle dos portões e entrevistas são decididas por essas assembleias. Diariamente, realizam-se debates (com convidados) e se programam atos e bloqueios de avenidas. Do lado de fora, professores e pais montaram os acampamentos, que dia e noite se mantêm firmes, protegendo as ocupações. Os vizinhos e apoiadores passaram a fazer parte desse movimento, levando alimentos e outros materiais para os ocupantes. Representantes da imprensa (alternativa) e fotógrafos (amadores) fazem a real cobertura das ocupações. A grande imprensa é barrada nos portões e sua entrada depende da decisão dos ocupantes.

Como se vê, trata-se de uma riquíssima experiência de controle coletivo das escolas, pela via das ocupações. Isso tem provocado fúria por parte do governo, de seus porta-vozes da Secretaria da Educação e diretorias de ensino, que se lançam contra as ocupações, usando de todos os recursos de um Estado policial e de um governo autoritário.

### Do cerco policial às contratações de bandos marginais

Depois de 20 dias de ocupações, de duas tentativas de “conciliação” pela via judicial, de ter gasto milhões em campanhas mentirosas na grande imprensa e das investidas policiais para impedir novas ocupações ou para arrancar os estudantes das ocupações, o governo lançou medidas que combinam a repressão com uma suposta negociação. Exige que os dirigentes de ensino, juntamente com os supervisores, compareçam às escolas ocupadas para quebrar a unidade do movimento. Para isso, usam os prontuários dos alunos para colher informações de suas casas (telefone, endereço, etc.). Convocam “assembleias” nas portas das unidades com os pais e alunos, que não estão na ocupação. Levam cartazes (“Devolvam nossas escolas”, “Queremos estudar”, etc.) para que os pais levem e sirvam para as fotografias encomendadas. Carregam um ofício (documento com o timbre da Secretaria da Educação) se comprometendo a não fechar aquela unidade e apresentando uma forma de funcionamento para apenas o ano de 2016. Quando são barrados

A lição dessa gigantesca luta, onde os estudantes secundaristas tomaram iniciativas de grande importância, é a da necessidade de construção dos grêmios estudantis, autônomos da burocracia que comanda as escolas. Nesses 25 dias de ocupação, os alunos implantaram os métodos da democracia operária (organização por meio de assembleias, decisões coletivas, etc.). Mas, não podemos deixar de dizer que é preciso superar o discurso “anarquista” da “horizontalidade”, da rejeição às correntes políticas que intervêm no movimento e outras criações oriundas de movimentos protagonizados pelo movimento passe-livre. Ao contrário, devemos fortalecer a organização dos secundaristas, que se inicia colocando em pé os grêmios nas escolas e constituindo as direções estudantis pelos locais de estudo.

pelos ocupantes, transferem essas reuniões para as diretorias de ensino. Pretendem, com isso, obter um “acordo” para que as escolas sejam desocupadas. Em consonância com a Justiça, propõem o retorno às aulas e a manutenção da ocupação no pátio. E, desta forma, aos poucos, ir retomando as escolas.

O fato é que essa manobra não tem tido êxito. Os estudantes têm enxovado esses lambe-botas do governo. Os pais não comparecem às reuniões de portas-fechadas (nas diretorias de ensino). Diante do fracasso, os dirigentes de ensino retomam a linha das ameaças e da repressão.

As denúncias de invasão das escolas têm vindo à tona. O governo e seus agentes contratam bandos de marginais para invadir as escolas ocupadas. Pulam os muros, roubam os computadores e objetos de valor e destroem tudo que tem pela frente (cozinha, banheiro, biblioteca, etc.). Em seguida, mostram imagens de escolas quebradas para justificar a desocupação. Procuram criar a ideia de que os ocupantes são vândalos e que a maioria vem de fora, não é aluno.

O fundamental está em que os estudantes mantêm as escolas ocupadas. As manobras judiciais e as supostas negociações estão sendo desmascaradas. As invasões incentivadas pelo governo têm sido denunciadas.

### Ocupações e bloqueios são instrumentos poderosos no enfrentamento com o governo

As ocupações continuam crescendo, mas em ritmo mais lento. Certamente, está pesando o término do ano letivo. Os professores iniciaram os conselhos de classe (finalização das notas) e, praticamente, não há aulas normais. Nas escolas ocupadas, o governo impôs o recesso escolar e pressiona (como vimos) para que voltem a funcionar.

Alckmin continua firme no seu Plano contra a escola pública. Transferiu 311 mil alunos das escolas que serão fechadas ou “reorganizadas”, 93 escolas serão fechadas e 754 passarão a ter um único ciclo. Removeu compulsoriamente os professores. E por meio do Diário Oficial, remanejou os funcionários. Há uma ofensiva muito dura contra o movimento de resistência.

Não há outra via senão a da luta. Desde o início dessa semana, os estudantes têm bloqueado importantes avenidas. O bloqueio

da Faria Lima, na manhã de segunda-feira, chamou atenção da população. Os estudantes levaram as carteiras e cadeiras e as usaram para bloquear o trânsito e realizar a aula pública contra o Plano do PSDB. No dia seguinte, foi a vez da marginal do Tietê, que foi paralisada no início da noite. Esses bloqueios, que já pararam a Av. 9 de Julho, Dr. Arnaldo, a Av. Paulista, etc., com carteiras escolares desmascaram o Plano de Alckmin.

Para o governo, as ocupações e os bloqueios são casos de polícia. A tropa de choque age violentamente contra os estudantes, que se protegem com as cadeiras e carteiras. Os jovens manifestantes são caçados pelas ruas e presos. Processos criminais são abertos. E os menores são soltos mediante a assinatura dos pais na delegacia de polícia. Essa é a política de Alckmin e do PSDB para implantar o Plano de destruição do ensino público.

A vitória do movimento dependerá do crescimento das ocupações e do avanço dos bloqueios. O Plano de fechamento de escolas terá de ser derrotado com os métodos da classe operária (ocupações, bloqueios e greve).

### **Alckmin recebe a benção de D. Odílio para impulsionar seu Plano**

O arcebispo D. Odílio foi chamado pela Secretaria da Educação para se colocar em favor da “reorganização”. Diante do vazamento dessa ação governamental, o representante da Igreja confirmou sua presença e disse que “o governo precisa explicar melhor” esse Plano às pessoas envolvidas. Mas não disse a verdade. A resposta de D. Odílio foi expressa pelo chefe de gabinete da secretaria, Fernando Padula, em reunião com dirigentes de ensino. Sem esperar que viesse a público, Padula disse que D. Odílio afirmou que as “ocupações têm motivação política, para desviar o foco de Brasília”. Ainda mais, propôs que o governo ampliasse a “guerra de informações”.

Vejam só o papel da Igreja e de seus representantes. Para a imprensa e para os fiéis, D. Odílio se posou de “preocupado” e pedindo que Alckmin “explicasse melhor”. Às portas fechadas, criminalizou as ocupações, responsabilizou o PT e incentivou mais dureza por parte do governo (“guerra de informações”).

### **Estudantes ocupam duas escolas técnicas**

Os estudantes ocuparam duas importantes escolas da capital, as ETECs Uirapuru e Juventude. No momento em que o governador oficializou a “reorganização” do ensino, os alunos das escolas técnicas estaduais se solidarizam com as ocupações das escolas públicas. Levantam a reivindicação contra a “reorganização” e fim da precarização das condições de ensino. Justificam que as escolas técnicas não ficaram isentas dos cortes de recursos da educação.

Rapidamente, o Centro Paula Souza (que administra as ETECs) responsabilizou os alunos das unidades ocupadas pela não conclusão do ano letivo. E exigiu que os diretores convocassem os pais para pôr fim às ocupações. Portanto, usará dos mesmos recursos repressivos de Alckmin.

O fundamental está em que essas ocupações, nas escolas que são tidas como vitrinas para a campanha política do PSDB, mostram o descaso do governo para com o ensino público em geral e escancara o plano do PSDB de cortes de recursos da educação.

### **Combater a divisão**

O governo se apoia na fragmentação. A divisão entre escolas ocupadas e não-ocupadas, entre professores em luta e professores de costas para o movimento e sindicato no combate à “reorgani-

zação” e sindicatos omissos tem favorecido Alckmin.

O CPP, que tem sua base de filiados principalmente no PEB1, diante do Plano do governador, não moveu uma palha. A UDEMO, que é o sindicato que responde pelos diretores de escola, está calada. A AFUSE, sindicato dos funcionários de escola, diz que é contra o Plano, mas só em palavras. Sequer realizou assembleia e não fez nenhum esforço para que os funcionários estivessem nas assembleias convocadas pela Apeoesp. Não vamos falar de outros, porque são apenas de fachada.

Por outro lado, uma parcela significativa de professores não tem comparecido às assembleias gerais da Apeoesp. Age como se o problema não fosse seu. E está em ritmo de final de ano, de férias. Boa parte desse contingente não fez a greve e vem se comportando (consciente ou não) como esteio para a política de Alckmin (reajuste zero, demissões, “reorganização” do ensino, etc.)

A divisão é imposta pelo governo. Quebrar essa política implica a luta árdua contra a parcela que resiste à paralisação e à defesa das ocupações e bloqueios. É preciso denunciar as direções sindicais que prestam favores ao PSDB. É fundamental que a Apeoesp intensifique o combate à fragmentação para que o movimento de resistência ao Plano de Alckmin seja derrotado.

### **Alckmin criminaliza a Apeoesp**

Depois de ameaças e de notificações de multas pelas ocupações de escolas, o governador lançou uma campanha contra a Apeoesp e entidades estudantis, acusando-as de utilizar a “reorganização” para atingir o PSDB. Diz que é uma ação orquestrada pelo PT. Assim, usa a grande imprensa para reproduzir diariamente esse discurso de que o movimento é partidário. Mas, isso não é uma novidade. Tem sido corriqueiro, diante das greves dos professores, Alckmin dizer que se trata de um movimento político do PT contra o PSDB. Quer que os trabalhadores e estudantes caiam nessa armadilha. As greves eclodem porque os salários estão no fundo do poço, as ocupações de escolas existem porque o governador fechará escolas e os bloqueios se proliferam porque se tratam de métodos genuínos dos explorados na defesa de suas reivindicações.

O fato é que o PSDB impõe um Plano de destruição de escola pública. Trata-se de uma ação política contra os explorados (pais, alunos e professores). Portanto, uma política do governo do PSDB de cortes de recursos à educação. Mas quer se passar de apolítico. Quer ludibriar a população de que somente o movimento de resistência é político. Na realidade, essa velha trama não tem tido eco diante dos enormes ataques que Alckmin tem feito à educação pública e aos trabalhadores em geral. Tenta golpear a Apeoesp, porque é o único sindicato da educação que realiza assembleias e tem acatado suas decisões coletivas. Apesar de sua direção ser majoritariamente do PT e apoiar a política geral de ajuste do governo Dilma Rousseff.

### **Alckmin corta mais recursos da Educação**

O Plano de fechamento de unidades escolares e de criação de escolas de um único ciclo é parte da política do PSDB de cortes de recursos à educação pública. Soma-se a isso, a política de não concessão de reajuste salarial aos professores e funcionários. E a redução em 11% (dados oficiais) do número de professores, pela via da demissão dos contratados.

Apesar desse brutal ataque, Alckmin anunciou mais cortes no orçamento destinado à educação em 2016. A tesoura atingirá os programas como “Ler e Escrever” (que perderá 51% das verbas) e o fornecimento da merenda dos alunos (que terá queda de 6%). Mas, o corte ainda é maior, atingindo novamente os salários e os

direitos dos trabalhadores da educação.

O governo do PSDB corta recursos dos serviços essenciais (educação é um deles) para continuar pagando os banqueiros, os empresários e os especuladores. Essa é uma diretriz geral, que vem sendo implantada desde o governo federal. É uma política dos capitalistas e seus governantes de descarregar a crise econômica sobre as costas da maioria oprimida.

Está aí por que a luta, que hoje se materializa nas ocupações de escolas e bloqueios de avenidas, tem de ser mais ampla. É fundamental que a CUT, Conlutas, etc. realizem assembleias, convo-

## Balanço das eleições para o Conselho do SINPEEM

As eleições para o Conselho Geral do sindicato dos trabalhadores em Educação do município de São Paulo (SINPEEM) se realizaram nos dias 11 e 12 de novembro. A votação se deu pela internet, através da chamada “área do associado”, no site da entidade. Foram 5924 eleitores, quórum inferior ao da última eleição para a diretoria. O resultado repetiu o que ocorrera no último pleito para o Conselho: a maior parte dos primeiros colocados entre os eleitos, em todas as regiões, foi da oposição. A camarilha da direção majoritária (corrente Compromisso e Luta, liderada pelo presidente Cláudio Fonseca), diante dessa derrota política tratou de inflar novamente o número de eleitos para modificar a composição do Conselho favoravelmente à sua chapa.

A eleição online foi denunciada pela **Corrente Proletária na Educação – POR** como uma aberração. Trata-se de um desvio que aprofunda a burocratização da entidade. Privilegia o dito ativista digital em detrimento do verdadeiro militante classista, que atua desde as escolas e participa das lutas gerais dos explorados. Graças à pressão da Corrente Proletária no 26º Congresso do SINPEEM, com material de denúncia e um abaixo-assinado com quase 400 adesões, a questão acabou sendo levada à votação no plenário, dividindo os delegados. O resultado foi uma vitória apertada a favor das eleições online.

A experiência se encarregou de demonstrar muito rapidamente quem estava com a razão diante dessa divergência. A direção majoritária argumentava que a disputa online era a melhor resposta à atitude autoritária do governo municipal (Haddad/PT) de retirada do abono de ponto no dia da votação (que era uma conquista da categoria). Dizia também que a votação seria muito mais representativa em razão das facilidades do voto pela internet. O que aconteceu? O quórum foi inferior ao da última eleição para diretoria, que também se deu sem a dispensa de ponto. Em outras palavras, a prática revelou que, além de despolitizar e ampliar a burocratização do sindicato, a escolha pela votação virtual foi um fiasco em termos de representatividade.

## Os ataques do governo não cessam. É preciso responder com mobilização! Não ao Sampaprev! Abaixo o Programa “São Paulo Integral”! Unidade com os estudantes da rede estadual em luta contra a “reorganização”!

O governo municipal esperou o segundo semestre para anunciar novas medidas de ataque à categoria. Se não bastasse ter descumprido o item do protocolo que estabelecia reabertura das negociações em novembro, anunciou outras medidas nocivas, com destaque ao Sampaprev e ao Programa “São Paulo Integral”. Ou seja, propõe manter a corrosão inflacionária dos salários para esse ano e ainda retirar direitos conquistados.

O “São Paulo Integral” se insere na lógica aplicada pelo governo estadual de Alckmin/PSDB, de aumentar a quantidade de

quem os trabalhadores para ganharem às ruas, numa frente única contra a política de “ajuste fiscal” dos governantes. Não bastam discursos inflamados. Não bastam ações judiciais da CUT contra a repressão aos estudantes. É preciso que rompa com a política burguesa do governo Dilma. Chega de impor a farsa do PPE (Programa de Proteção ao Emprego). Os empregos, os salários e os direitos serão arrancados pela ação direta e coletiva. A educação pública será defendida por todos os explorados, enfrentando os ataques dos governos, como esse da “reorganização” do ensino de Alckmin.

Antes e durante o congresso, a Corrente Proletária realizou também um duro combate no interior da Unidade da Oposição para que fosse convocada uma plenária aberta, ampla e democrática para que fosse tomada uma posição de conjunto. Infelizmente, os companheiros demonstraram uma vez mais uma adaptação às manobras burocráticas da majoritária. Insistem em conduzir a unidade frentista a partir de reuniões de cúpula, sem dar um funcionamento sistemático à Unidade da Oposição.

A consequência imediata desse defeito burocrático, que muitas vezes imobiliza a oposição frente às investidas da camarilha de Fonseca, foi a ausência de resposta ao golpe de inflar o Conselho. É um absurdo iniciar um processo eleitoral sem saber os critérios para definição da quantidade de candidatos que serão eleitos. O golpe estava anunciado. Até houve uma denúncia por parte de setores da oposição, mas com um caráter pró-forma, não foi erguida uma verdadeira campanha contra esse atentado à democracia sindical. Depois de sacramentado o golpe, a Unidade da Oposição se limitou a comemorar a semi-vitória de conquistar as primeiras posições na lista por região. Vale lembrar que havia um bloco minoritário formado por representantes da oposição na comissão eleitoral.

A principal lição que a **Corrente Proletária na Educação – POR** extrai dessa intervenção é a necessidade de pôr em pé uma fração revolucionária no interior do SINPEEM e dos organismos de massa em geral. A burocracia sindical constitui um poderoso freio ao desenvolvimento da luta de classes. A unidade frentista de oposição, por sua vez, apesar de conservar sua importância em função da necessidade de não fragilizar o combate à burocracia, demonstra sérios sintomas de degeneração, vacilando em situações-chave. Resta ao POR a tarefa de superar suas próprias dificuldades e trabalhar para impulsionar desde as escolas o combate classista em favor das reivindicações dos trabalhadores, com o método da ação direta e com independência política em relação à classe dominante e seus governos.

horas de permanência do estudante na escola. Toda a baboseira de “territórios educativos” só engana os bobos. Resultará, isso sim, em aumento da jornada para os trabalhadores, prejudicando quem possui acúmulo de cargos e mantendo os salários miseráveis. Aos alunos, dará mais da escola apodrecida. Nenhuma palavra sobre melhorar as condições de trabalho e estudo.

O Sampaprev consiste num projeto, ainda em tramitação na Câmara Municipal, que pretende instituir um regime de Previdência complementar. Pelo entendimento do sindicato, estabe-

lecerá como teto de remuneração na aposentadoria o valor pago pelo INSS àqueles que ingressarem após sua aprovação. O que é, evidentemente, um acinte. Tal proposta, porém, não surge como um raio em céu azul. Está em consonância com a reforma pretendida em âmbito nacional, que exigirá mais idade, mais tempo de contribuição e retirará direitos do aposentado.

Com esse horizonte, ficar imóvel será um erro tremendo. Dizer que estamos em final de ano e que é mais difícil mobilizar é o mesmo que descobrir a tromba no elefante. Passemos ao trabalho de mobilização, então! Nada de passividade! Nada

## **Bahia**

# **Servidores e professores das Universidades Estaduais se mobilizam contra ataques do governo Rui Costa (PT)**

Os professores e demais servidores das Universidades Estaduais da Bahia (Uneb, Uefs, Uesb e Uesc) se encontram sob ataques do Governo de Rui Costa do Partido dos Trabalhadores (PT). Se não bastassem as medidas de desestruturação das carreiras e corte de verbas para a educação superior pública estadual, com profundos impactos sobre o ensino e as condições de trabalho de professores e estudantes, desta vez, o governador anunciou o corte do adicional de insalubridade de servidores e professores, apoiando-se em medida do Tribunal de Contas do Estado para, supostamente, corrigir erros no pagamento do benefício.

Diante da crise capitalista, os governos agem no sentido de destruir e limitar direitos, para beneficiar os capitalistas e credores nacionais e internacionais. Por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 148/15 e do Projeto de Lei (PL) nº 21.631/15, o governador Rui Costa restringe e retira direitos e conquistas, seguindo fielmente a política do Governo Federal de Dilma Rousseff (PT) de cortes nas verbas para a educação e avanço do processo de privatização da educação. Para completar, o governador petista já divulgou que em 2016 não haverá aumento salarial para os servidores, apontando a crise econômica como a causa da decisão. O governo do PT se apoia na crise para atacar os trabalhadores e age como instrumento a favor dos capitalistas que atuam no Estado, com isenções de impostos e subvenções para aumentar os seus lucros por meio da exploração dos trabalhadores.

Ainda mais, o governador petista encaminhou um conjunto de medidas contra os direitos trabalhistas dos servidores e pro-

de esperar o ano que vem! Além do mais, o momento é favorável. Os trabalhadores da Educação Municipal não partiriam do zero, pois sua luta em defesa da Educação pública coincide com a da juventude da rede estadual. Realizar ações conjuntas fortalecerá a luta de ambos os setores. Os estudantes não precisam de resoluções pró-forma de apoio e os trabalhadores não precisam de declarações inflamadas de luta “no ano que vem”. Daí a importância de encaminhar nesta reunião de representantes a realização, ainda em dezembro, de um ato/assembleia da categoria.

fessores para a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) no final de novembro, constando medidas restritivas contra direitos como licença-prêmio e férias. O governo também tem atacado o Planserv, plano de saúde dos servidores públicos estaduais e proposto modificações no Estatuto dos Servidores do Estado da Bahia.

Na assembleia geral da Associação dos docentes da Universidade Estadual da Bahia (Aduneb), realizada em 02/12, as medidas do Governo Rui Costa foram rechaçadas pelos professores e deliberou-se por uma paralisação para o dia 09/12, com fechamento dos portões e paralisação das atividades nos campi da universidade estadual. Os professores apontam, dessa forma, para a necessidade da luta e da mobilização como resposta ao governo, com atos e manifestações.

A Comissão Pró-Comitê em Defesa da Educação Pública de Salvador e Região Metropolitana, de cujas reuniões participaram entidades e organizações, como a Regional do Andes-SN - Nordeste III, a Corrente Proletária na Educação (CPE), a Corrente Proletária Estudantil, Educar na Luta, Sinasefe, Professores da Uneb, da UFBA, do PIBID-Pedagogia (UFBA), Sindicatos de Professores de Libras, entre outras, se colocou em 27 de novembro contra as medidas do governo Rui Costa (PT), apontando para a necessidade de organização, mobilização e luta de professores, estudantes e demais servidores. A CPE, integrante da Comissão Pró-Comitê em Defesa da Educação Pública, tem defendido a necessidade de responder aos ataques contra a educação pública e o avanço da privatização por meio da ação direta para por abaixo as medidas do Governo Federal e estaduais.

## **Paraná:**

# **Sindicato de professores aprova aproximação ao ANDES-SN**

O Congresso do Sindiprol/Aduel realizado em 27 e 28 de novembro aprovou a aproximação política do sindicato ao ANDES-SN. A partir dessa decisão, deve se processar uma ampla discussão na base do sindicato sobre esta importante deliberação, até o próximo congresso em 2017.

O Sindiprol/Aduel é o sindicato das estaduais paranaenses que representa a maior base de professores, pois abarca a UEL, a UENP e UNESPAR-Apucarana. Entretanto, durante a greve contra o governo Beto Richa em 2015, foi isolada pelas seções sindicais do ANDES das estaduais não podendo intervir nas

decisões gerais que afetaram o movimento. Por outro lado, os sindicatos mistos – que representam funcionários e professores – tampouco contribuíram para a unidade dos docentes no estado, pelo fato de privilegiarem crescentemente o interesse corporativo dos funcionários e agirem como extensão da política da APP-sindicato (representante os professores do ensino médio e fundamental) que dirige o Fórum das Entidades Sindicais.

No quadro de aprofundamento da crise, os ataques do governo contra as universidades e os serviços sociais em geral serão muito mais profundos e pretendem liquidar a escola públi-

ca e gratuita, assim como penalizar os servidores públicos e os professores. Como consequência, os docentes das universidades serão obrigados a enfrentamentos cada vez mais duros contra o governo, exigindo para tanto a mais ampla unidade das universidades, com os outros servidores e com os estudantes. Por outro lado, os ataques não se limitam às universidades paranaenses, mas afetam todas as federais e estaduais do país, colocando diretamente esta luta no contexto da mais ampla unidade com os docentes do país. É a compreensão desta exigência que levou o congresso a aprovar a aproximação política ao ANDES-SN.

Não se deliberou pela filiação direta ao sindicato nacional pois há entraves políticos e organizativos que devem ser superados pela base do sindicato e pela estrutura do ANDES. A integração ao sindicato nacional implica a dissolução do estatuto do sindicato e adesão ao estatuto do ANDES, que deve ser deliberado em assembleia com quórum qualificado. Por outro lado, existem resistências entre as seções sindicais das estaduais paranaenses ao ingresso do Sindiprol/Aduel. Abre-se agora um processo político que permitirá a politização desse debate.

### **Defesa da filiação ao ANDES**

A Corrente Proletária defende a filiação do sindicato ao ANDES por ser um sindicato de âmbito nacional, ter a maior base de docentes e congregar mais professores das universidades.

### **Bahia**

## **Avança a organização, mobilização e luta em defesa da Saúde Pública em Salvador**

A Frente contra a Privatização da Saúde Pública em Salvador, formada por organizações, entidades e militância, tem se reunido sistematicamente no sentido de debater o avanço da privatização e desnacionalização da Saúde Pública no país, por meio de medidas tomadas pelo Governo Federal de Dilma Rousseff (PT), Congresso Nacional e governos estaduais. Realizamos debates sobre a privatização da saúde e a implantação da EBSERH, discutimos os documentos da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. Além disso, a Frente tem se articulado ao calendário dos movimentos sociais e com a organização nas comunidades, como é o caso de Periperi, em Salvador. O objetivo é formar um Comitê no bairro em defesa da saúde pública, avançando para as demais comunidades.

Foram realizadas algumas reuniões com a comunidade, sendo deliberado pela realização de um ato na Praça da Revolução em Periperi, em 12/12. Para tanto, realizamos uma oficina de cartazes com a defesa das reivindicações da comunidade frente ao avanço da privatização da saúde e as péssimas condições em que são atendidos (faltas de exames, retardo nas consultas, péssimas condições de postos, UPAs e Hospitais, falta de medicamentos, entre outros). O trabalho tem crescido e mobilizado a comunidade, de modo a potenciar a expansão da Frente contra a Privatização da Saúde Pública para outras localidades. O objetivo central é responder com organização, mobilização e luta ao conjunto de ataques realizados pelos governos, como é o caso dos cortes no orçamento para os serviços públicos, entre eles, a saúde para atender ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública com os credores e financistas.

O Governo Federal de Dilma Rousseff (PT) e governos estadu-

A Corrente Proletária tem clareza que a direção do ANDES é uma burocracia, embora de esquerda, que utiliza o sindicato como meio para as finalidades eleitorais dos grupos que a dirigem. Esta foi a razão que levou o ANDES a romper com a CUT em 2005 e a se filiar posteriormente ao CONLUTAS. Foi para ter um aparelho que auxiliasse a política do PSOL e do PSTU. Evitou se posicionar a favor dos movimentos contra a copa em 2014 para agradar ao seu eleitorado da pequena-burguesia.

Contudo, por ser um sindicato de base nacional, tem de conviver com a diversidade ideológica e política, o que propicia um espaço de lutas em defesa do programa proletário para a universidade.

Não fazemos fetiche de nenhum sindicato, pois a tendência deles na época imperialista é a de se tornarem extensões do estado burguês. Frequentemente observamos que elementos da vanguarda sindical do ANDES disputam e/ou ocupam postos na alta burocracia das universidades. Entretanto, os ataques contra a universidade pública que serão desferidos no próximo período exigirão a mais ampla unidade de ação a politização dos docentes, funcionários e estudantes. Nesse sentido, é no âmbito do ANDES que se poderá organizar um verdadeiro movimento nacional contra a destruição da educação e dos serviços sociais. Por isso, defenderemos que a base do sindicato delibere pela filiação plena ao ANDES.

ais têm avançado a privatização e desnacionalização da saúde por meio da implantação das Organizações Sociais (OS), OSCIP, das Fundações Estatais de Direito Privado e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), atendendo aos interesses corporativos de empresas e planos de saúde privados nos vários estados do país. Grande parte dos R\$ 100 bi/ano do SUS é utilizado para financiar serviços privados contratados pela rede pública. O processo de destruição só tem se aprofundado: 1) a aprovação do PL 4330/04 pela Câmara e sua tramitação no Senado por meio do PLC 30/15, significa a extensão da terceirização a todas as atividades-meio e fim, inclusive as atividades públicas, resultando na destruição de direitos; 2) a Emenda Constitucional 86/15 restringe profundamente os recursos para o SUS, transferindo parte dessas verbas para as emendas parlamentares, atendendo aos partidos e seus interesses oligárquicos; 3) a PEC 451 impõe às empresas a contratação de planos de saúde privados, fortalecendo os capitalistas da saúde, em detrimento da saúde pública; 4) a Lei 13.097/15 foi sancionada pelo Governo Dilma Rousseff (PT) abrindo uma fatia dos negócios com saúde para o capital internacional. No âmbito dos estados não é diferente. No caso da Bahia, o governo de Rui Costa (PT) tem expandido as parcerias público-privadas e os consórcios, injetando verbas do orçamento público para os capitalistas da saúde.

Trata-se, portanto, de fortalecer o combate ao avanço da privatização e desnacionalização da saúde com um programa proletário de defesa das reivindicações elementares dos explorados, amparado no método da luta de classes. O fortalecimento da Frente contra a Privatização da Saúde Pública em Salvador, com o trabalho nos bairros e locais de trabalho, é um passo importante nessa luta.

## Fortaleza/CE: Boletim da Corrente Proletária na Educação Campanha Salarial do Município 2016:

# Direção do Sindiute aprova pauta rebaixada e sem discussão prévia com a categoria nos zonais

No dia 23 de outubro, houve a assembleia da categoria convocada pelo Sindiute para aprovar a pauta da campanha salarial. A diretoria leu rapidamente as propostas para em seguida votar e passar para a pauta seguinte que era a da fundação do novo sindicato municipal. Sem assembleia específica para discutir a campanha salarial (pauta e plano de lutas), a burocracia sindical do PT que dirige nossa entidade, fica de mãos livres para negociar suas pautas rebaixadas com a prefeitura.

### O que defende a diretoria governista do sindicato? Elenquemos os pontos mais críticos:

1) “**Reajuste do piso pelo valor aluno**”. O Sindiute defende que o salário seja reajustado de acordo com o valor da portaria do MEC que atualiza o piso. Ao invés de defender um salário e um piso salarial digno para os trabalhadores em educação, defende o reajuste rebaixado que o Governo Federal dá (espera-se esse ano míseros 12%)

NOSSA RESPOSTA: Piso salarial igual ao salário vital de R\$ 4.600,00 em início de carreira.

2) “**Reajuste do vale alimentação**”: A diretoria do sindicato não propõe índice nenhum.

NOSSA RESPOSTA: reajuste da GDI de acordo com a alta dos preços dos alimentos e não da inflação oficial que já é de 10% anual.

3) “**Ampliação da relação de escolas com direito à GIL**”. A diretoria do Sindiute corre atrás de uma gratificação de R\$ 580 que escraviza o professor, fere a isonomia salarial e não é incorporada ao salário. O professor a perde ao sair da escola ou ao faltar sem recuperar esta aula dentro do mês da falta, violando o estatuto do magistério que assegura até o fim do ano letivo a recuperação de aulas.

NOSSA RESPOSTA: GIL para todos! Isonomia geral já! In-

### Balanço do 41º Congresso da UBES:

## Um Congresso burocrático, festivo e governista

Entre os dias 12 e 15/11, em Brasília, ocorreu o 41º Congresso Nacional da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (CONUBES). A bandeira burguesa de “**Defesa da democracia, por uma educação de qualidade e mais direitos**”, serviu de tema para o congresso. Estiveram presentes cerca de 6 mil estudantes entre delegados, suplentes e observadores. A participação massiva não era resultado da disposição militante da juventude em um período de crise, nem o reflexo de possíveis lutas na base do movimento secundarista, mas antes, resultado da capacidade de arregimentação do aparato stalinista para um evento festivo e despolitizado.

A programação do congresso incluiu realização de debates, atividades culturais, grupos de discussão e um ato de rua no dia 11 de novembro, todos voltados à defesa do governo Dilma/PT/PMDB, sob a máscara da defesa da democracia contra os golpistas da direita.

corporação no salário dos professores e servidores.

4) “**Concessão do direito ao café, açúcar e água nas formações**”. Ninguém se porá contra café, água etc. Mas o que o Sindicato esconde por trás dessa reivindicação é de que é favorável à obrigatoriedade dos cursos de formação, que são uma verdadeira mentira e enganação.

NOSSA RESPOSTA: fim da obrigatoriedade dos cursos de formação continuada. Que os professores que o desejarem fazê-lo tenham água e café assegurados. Se a Prefeitura, de fato, se preocupa com a formação dos professores, então que os afaste sem prejuízo de seus vencimentos, para cursos de especializações, mestrados e doutorados!

5) “**Retorno do regime celetista para professores substitutos**”. O Sindiute ao defender esta bandeira propõe uma pequena melhoria na condição precária do trabalho dos substitutos, mas não o fim da precariedade em si do trabalho dos substitutos. O Sindiute é pela manutenção da precariedade.

NOSSA RESPOSTA: Para trabalho igual, salário e direitos iguais, ou seja, efetivação imediata de todos os trabalhadores substitutos da prefeitura.

### LUTEMOS POR:

- a) Fim das gratificações para gestores escolares!*
- b) Redução do número de alunos por sala no ensino infantil e fundamental!*
- c) Pelo planejamento domiciliar dos professores!*
- d) Nenhum direito a menos: redução da carga horária conforme o previsto no estatuto do magistério, licença prêmio, pagamento dos anuênios, etc*
- e) Eleição direta de diretores de escola; por uma escola sob controle de quem estuda e trabalha! Soberania da assembleia escolar!*
- f) fim do ensino religioso da grade curricular! Por uma escola integralmente científica!*

O Congresso esteve dominado pelo stalinismo (UJS/PC do B) e o reformismo (PT). A participação de parlamentares como Jandira Feghali (líder do PC do B na Câmara) convocados para longas palestras reforçou ainda mais o caráter governista do evento. O CONUBES não serviu para armar os estudantes com uma linha de independência política em relação ao governo. Em nenhum momento denunciou-se o corte de mais de R\$ 10 bilhões do governo Dilma ao orçamento da educação e o Ajuste Fiscal que destrói direitos trabalhistas, aumenta impostos e sacrifica as condições de vida das massas para sustentar os capitalistas e banqueiros com juros da dívida interna que somente nos últimos 12 meses chegou a 484 bilhões!

Os partidos e agrupamentos pró-governo, estiveram reunidos numa ampla frente dirigida pela UJS (PC do B); Kizomba (PT); Para Todos (PT) e Levante Popular da Juventude. A Oposição esteve por conta de organizações stalinistas (PCB),



reformistas (juventude Marxista-PT) e até burguesas (JSB). O POR interveio distribuindo um manifesto e divulgando o jornal massas. Não faltaram, para tanto, nem intimidações nem escárnio às posições do trotskismo. Nosso delegado foi vaiado no grupo de discussão quando interveio denunciando o governo Dilma e seus cortes e intimidado por um membro do PCB ao panfletar.

O Congresso, ao final, elegeu uma nova diretoria comanda-

## **Rio Grande do Norte**

# **A luta contra a repressão na UFRN é puxada para trás pela política de conciliação da direção majoritária do DCE (JPT)**

Na UFRN, reitoria tem demonstrado ser uma correia de transmissão da política do governo, dando continuidade à política de contingenciamento, a partir da administração dos cortes de gastos nos diversos setores da universidade. No início do semestre, por exemplo, anunciou um corte de R\$3,5 milhões no orçamento do PNAES, que ameaça diretamente as condições de permanência do estudante na universidade, como as bolsas de apoio técnico, os auxílios, os restaurantes e residências universitárias, etc. Diante dos estudantes que se levantam colocando a defesa de suas condições de permanência e ensino, a reitoria, com uma posição intransigente, tem colocado o seu aparato repressivo (guardas patrimoniais, câmeras, segurança privada) em ação para reprimir os estudantes. Ainda, aplica processos administrativos e também judiciais, de modo a tentar calar o movimento estudantil do seu legítimo direito de se manifestar e colocar as suas reivindicações.

É nesse sentido que há uma série de estudantes respondendo processos de sindicâncias por terem participado de atos e ocupações, alguns até respondendo processos na justiça federal. O fato mais recente é a suspensão, por 20 dias, de 5 estudantes que participaram de uma intervenção no RU, alegando que estavam “perturbando o andamento normal dos trabalhos escolares ou administrativos”, simplesmente porque manifestaram seu repúdio diante da “perturbação” que a reitoria gerou ao instalar catracas enormes na entrada e saída, causando filas gigantescas, superlotação e prejuízo na perda do horário de aula.

Além disso, a reitoria tem realizado uma verdadeira campanha de perseguição aos ambulantes na UFRN. Desde o início do semestre que, vez ou outra, tem ameaçado expulsá-los. Iniciou com notificações, no final de julho, para que se retirassem, alegando que estão em situação irregular. Em seguida, entrou com um processo judicial. A última ação aconteceu na sexta-feira (20/11), pela manhã, numa operação da Polícia Federal, articulada com o Departamento de Segurança Patrimonial da UFRN (que já se intitula “Segurança Universitária Federal” em seus coletes), em que um contingente entre dez a vinte policiais percorreram os setores de aula abordando e retirando os ambulantes. Isso é nada mais do que uma demonstração de que a burocracia universitária faz parte do ordenamento político-institucional do Estado burguês. Da mesma forma que faz com os estudantes que lutam, se utiliza de todos os mecanismos que o Estado burguês oferece e da autoridade burocrática que possui para criminalizar também os ambulantes.

**Sob a influência da política de conciliação da direção majoritária do DCE (JPT), o movimento contra os processos é desviado para a via institucional**

Logo em que foi anunciada a punição dos 20 dias, uma parte dos

da pela UJS para mais um mandato de paralisia e peleguismo. O CONUBES não serviu para elevar o nível de consciência de classe nem a capacidade organizativa da juventude secundarista. A tarefa dos estudantes revolucionários e combativos é denunciar com firmeza, a traição das direções governistas e organizar a juventude nas escolas para reagir aos ataques dos governos, unindo a luta em defesa da escola pública e gratuita a estratégia da revolução proletária.

processados, junto com alguns estudantes, realizou uma reunião para discutir o que fazer. Foram dados os informes e aberta uma avaliação. Nós comparecemos à reunião, colocando o caráter político dessa punição e a necessidade de travar a luta contra a repressão da reitoria, e realizar a defesa política coletiva tanto dos que foram recentemente punidos quanto dos demais outros estudantes que estão respondendo processo, constituindo um comitê contra a repressão, e exigir que o DCE chamasse uma assembleia para organizar a luta. Tiraram alguns encaminhamentos, dentre eles uma nota de repúdio como abaixo-assinado, exigindo a revogação da punição, ver com o DCE a questão dos advogados e também realizar uma oficina de cartazes no setor de aulas, que acabou não acontecendo.

A etapa seguinte se deu no chamado da direção majoritária do DCE ao movimento para a reunião de gestão do DCE, a fim de discutir o ponto da punição. Na reunião, a majoritária (JPT) iniciou colocando a possibilidade, na via institucional, de protocolar um pedido para interromper a punição, por não ter dado tempo de que os processados pudessem entrar com recurso; ainda, falou de que era preciso “dar um sentido político, para evitar que isso não mais aconteça” e de “pensar ações enquanto DCE, movimento estudantil organizado”. Em seguida, a direção minoritária propôs um ato na reitoria. Na nossa intervenção, reforçamos a proposta de um ato político, e que exigisse a revogação imediata da suspensão, e quanto ao pedido institucional para a entrada com recurso, dissemos que deveria ser feito, de modo a aproveitar qualquer possibilidade de brecha legal, mas que não devíamos confiar e ter esperança, que não há garantia, uma vez que está sob os limites e o controle da burocracia universitária, e que o caminho da luta política coletiva, auto-organização e ação direta é o que iria garantir a nossa vitória frente à política de repressão da reitoria e, assim, revogar o processo. No fim, os principais encaminhamentos foram umas oficinas para a mobilização nos setores e um ato na reitoria, além do DCE entrar com o pedido institucional.

É em seguida que passamos a ver na prática o quão nociva é a política de conciliação. Uma vez que foi conseguido que os processados entrassem com recurso, abandonou-se o ato político na reitoria. A direção majoritária do DCE, que desde o início quis colocar o ato na reitoria como “simbólico”, mostrou que na verdade foi demagógica a fala de “dar um sentido político”, de “pensar ações enquanto movimento estudantil organizado”. Tem agido como se os processos dissessem respeito apenas aos processados individualmente, e desconsiderando na prática, que se trata de um ataque da reitoria ao movimento estudantil como um todo. Privilegiou a via institucional em detrimento da luta política. Com isso, desarmou o movimento frente à reitoria.

A direção minoritária (PSTU/PSOL) também tem responsabilidade política. Uma vez que o ato havia sido deliberado na reunião de

gestão, esta poderia ter encaminhado, em detrimento do boicote da direção majoritária. Na reunião, querendo chamar atenção dos estudantes, propôs o ato, mas nos bastidores nada fez para que acontecesse. Acontece que a direção minoritária praticamente tem abandonado o movimento. Nas eleições do DCE, realizaram uma enérgica campanha, “viraram a UFRN do avesso”, mas, depois de eleitos, não organizaram os estudantes, e cada vez levam menos militantes para as atividades. LSR e JUNTOS (PSOL) simplesmente não mais comparecem, e o PSTU vez ou outra manda um representante. Apenas a Nova Práxis (PSOL) tem participado das atividades, mas expressando mais uma atuação individual do que coletiva da oposição.

### **Direção majoritária do DCE (JPT) desvia novamente o movimento, apontando para a pressão no CONSAD, órgão da burocracia universitária**

Como era o mais provável, a comissão de inquérito, que está à frente do processo que deu 20 dias de suspensão, recusou o recurso. Sendo assim, foi feito um novo recurso que será encaminhado ao Conselho de Administração (CONSAD). Ainda, o Coletivo Acadêmico de Ciências Sociais (CACS) chamou uma assembleia na terça (17/11) para discutir essa questão, na qual comparecemos. A assembleia, esvaziada com poucos estudantes de CS, pareceu mais um fórum amplo do movimento estudantil para discutir unicamente a questão dos processados, em que estiveram presentes alguns estudantes de CS e também de outros cursos, a direção majoritária do DCE e a Nova Práxis (PSOL).

A direção majoritária (JPT) iniciou colocando a necessidade de “conversar com os diretores de centro”, com o fim de convencê-los a votar a favor dos estudantes processados e, assim, “fechar um posicionamento” na reunião do CONSAD.

O CONSAD é um órgão da burocracia universitária, a própria que tem aplicado essa política de repressão na universidade. Possui em sua composição majoritária, quase que total, o supramundo da burocracia universitária (reitor e vice, pró-reitores, diretores de centro, alguns chefes de departamento e coordenadores de curso). Contraditoriamente, os estudantes, que são a maioria da universidade, possuem apenas 3 representantes. É uma ilusão tentar convencer os diretores de centro a votar contra a reitoria, uma vez que possuem interesses organicamente ligados a esta. O que ainda se pode escutar é o exemplo dado da fala demagógica da diretora do CCHLA, de que é a favor da pauta dos estudantes processados, mas não vota contrário para não se opor à maioria no CONSAD. Diante disso, não se deve confiar no CONSAD, não é um campo para disputarmos. Corresponde a um órgão da burocracia universitária que é hostil à luta estudantil.

Sendo assim, criticamos a proposta da direção majoritária do DCE de ir convencer os diretores de centro, colocando a necessidade de o movimento retomar o caminho da luta e não ter ilusões na via institucional. Apontamos o erro de se ter abandonado o ato na reitoria, e propomos que fosse chamado novamente o ato, exigindo a revogação dos processos e da suspensão. Os estudantes acabam concordando com política de conciliação do DCE, e é tirado o encaminhamento de procurar os diretores de centro, ir de mobilizar os estudantes para a próxima reunião do CONSAD.

### **Direção majoritária do DCE descarta a assembleia estudantil**

Na assembleia de Ciências Sociais, colocamos também a necessidade da direção do DCE chamar uma assembleia, de modo que possa organizar uma luta unitária não só em defesa de todos os estudantes processados, mas também os ambulantes que estão sendo perseguidos, o corte de 3,5 milhões no PNAES, etc. A majoritária se contrapôs, argumentando que, diante do esvaziamento das últimas assembleias, não estava sendo interessante chamá-las. No lugar de se chamar a

assembleia, propõe chamar um CEB para terça (24/11), e colocar em pauta os perseguidos e depois conseguir chamar um ato que “acumule para a pauta política”. Argumentou que o CEB era melhor por ter um “maior alcance” e ser “mais representativo”, uma vez que comparecem CAs de vários cursos diferentes.

É falso o argumento da majoritária. O esvaziamento das assembleias ocorre porque as direções não se esforçam por mobilizar. São chamadas de última hora, e praticamente apenas virtualmente. No caso da última assembleia, que foi bastante esvaziada, ela tinha sido adiada duas vezes, e praticamente só foi feito um chamado na página do DCE. Diferentemente do período das eleições, não se viu sequer um cartaz em nenhum corredor que chamasse para a assembleia. A direção do DCE, ao mesmo tempo em que contribui para o esvaziamento das assembleias, utiliza isto para descaracterizar a assembleia como ferramenta necessária para organizar a luta unitária pela base. No lugar, tem colocado o CEB, usando o argumento de “maior representatividade”, que é falso, pois essa representatividade, hoje, é artificial, visto que a maior parte dos CAs sequer chamam assembleias e são distantes de suas bases. O CEB, hoje, não expressa a discussão e decisão das bases. Portanto, não justifica submeter ao CEB as decisões importantes do movimento, descartando, com isso, a soberania das assembleias.

A direção majoritária do DCE descarta as assembleias porque não vê importância em organizar a luta unitária direta dos estudantes contra os ataques da reitoria. É avessa às assembleias, pois podem vir a tomar decisões que vão de encontro à sua política de conciliação, e quando são esvaziadas, expõe à crítica a direção, por esta não mobilizar a base. Para colocar em prática sua política de conciliação, sente-se mais à vontade para manobrar chamando CEBs, se apoiando na desmobilização dos cursos e da aversão à luta pela maioria das direções dos CAs. Para chamar um CEB, não precisa ter o trabalho de mobilizar as bases; basta comunicar os diretores dos CAs, e terá um CEB “representativo”.

No final, sob pressão da discussão levantada, a majoritária propôs discutir também no CEB o chamamento de uma assembleia. Com isso, manobra tentando se livrar da sua responsabilidade de chamar as assembleias, jogando-a para o CEB. Vale ressaltar, também, que a Nova Práxis (PSOL) também não se colocou contra as propostas de tentar convencer os diretores de centro e também de priorizar o CEB em detrimento da assembleia.

### **A luta contra a expulsão dos ambulantes também é submetida ao CEB pela majoritária**

Diante da operação da PF para expulsar os ambulantes, no mesmo dia (20/11), os CAs do setor II chamam uma plenária do “Coletivo Autônomo do Setor II” para discutir sobre o acontecido. A presença de estudantes também de outros setores (além de estar havendo uma reunião aqui, outra plenária acolá...) evidencia nada mais do que a quão nociva é essa posição de descartar as assembleias, como forma de unir os poucos e fragmentados estudantes que se encontram dissolvidos nos setores e cursos e que estão dispostos a organizar a luta. Na plenária, foram discutidas ações como um ato o dia todo em vigília aos ambulantes e criação de faixas e cartazes.

Na nossa intervenção, colocamos que era importante o ato em vigília, mas que não podíamos nos limitar apenas a isso. Faz-se necessário chamar um ato para exigir a retirada imediata dos processos judiciais e das notificações de expulsão dos ambulantes. Ainda, avaliamos que essa operação da PF era parte da campanha de perseguição aos ambulantes pela reitoria, que em parte se sentiu livre para avançar devido à política de conciliação da direção majoritária do DCE, que desde o início tem priorizado a via de negociação com a reitoria, como, por exemplo, a formação de um Grupo de Trabalho paritário, em detrimento de organizar a luta direta contra as notificações

e processos. Por fim, colocamos que os estudantes processados, assim como os ambulantes, eram vítimas da política de repressão da reitoria, e que se faz necessário constituir um Comitê Contra a Repressão, para organizar a defesa política coletiva dos perseguidos.

A ideia do ato ganhou eco na discussão. Lembrou-se dos ambulantes dos outros setores, como os de tecnológicas, onde sequer haverá atos de vigília lá. Lembrou-se também dos atos do início do semestre, em que a reitoria esperou arrefecer o movimento - também utilizando-se do GT - para depois dar continuidade à sua campanha. Não restou outra saída para a direção majoritária (JPT) do que transferir novamente a decisão da realização do ato para o CEB. Assim, não seriam aquelas pessoas reunidas com o objetivo de defender a permanência dos ambulantes que iriam decidir sobre o ato, mas sim o CEB que, segundo a JPT, é mais “democrático e representativo” do que aquele espaço, que era restrito apenas ao setor II. Não que não se deva chamar os CEBs, no sentido de que também podem servir para a mobilização dos estudantes, principalmente se houver um ou outro CA que ainda chame assembleias e discuta com suas bases. O erro

## Bahia

# Governo Federal impõe proposta rebaixada aos docentes das IFE, com apoio do PROIFES

Após uma longa e necessária greve da categoria do setor das IFE, cujo mote foi a defesa do caráter público da universidade, de melhores condições de trabalho, da autonomia universitária, da estruturação da carreira e contra o desmonte dos serviços públicos, os cortes no orçamento da educação, a contratação via organizações sociais e demais ataques do Governo Federal de Dilma Rousseff (PT/PMDB), que se manteve intransigente durante todo o movimento paredista, tomamos conhecimento da manobra do PROIFES de realizar uma consulta eletrônica para a categoria se posicionar sobre a proposta do governo, que não reconhece direitos e acorrenta a categoria.

Na UFBA, a greve docente foi deflagrada no dia 28 de maio a contragosto da burocracia proificista que dirige a entidade há mais de uma década e tem se comportado com uma verdadeira caixa de ressonância da política do governo do PT. Há muitos anos, a combatividade do nosso sindicato APUB foi abandonada por sucessivas diretorias governistas. Durante a greve foi votado em assembleia que o PROIFES não é o nosso interlocutor. Foi duramente criticado o entulho autoritário do art. 16 do estatuto da APUB, que prevê o uso de consulta eletrônica para decidir sobre a greve, acordos e outras questões, independente de decisões deliberadas nas assembleias. Da mesma forma, a assembleia dos docentes deliberou pela não aceitação do acordo do governo em resposta as pautas protocoladas pelo conjunto dos servidores públicos federais.

Na última assembleia, realizada no dia 14 de outubro, foi aprovado um conjunto de propostas, dentre elas a realização de uma assembleia no dia 4/11, sendo essa decisão simplesmente ignorada pela burocracia proificista, que reproduz na direção do Sindicato esta prática há mais de uma década. Apenas sob pressão da categoria é que essa diretoria recua e se submete às decisões coletivas e isso a muito contragosto, já que foi talhada pela política sindical governista e peleja do Proifes, cuja origem está ligada à tentativa do Governo Federal e de um setor da burocracia sindical docente para destruir o Andes como sindicato nacional.

No dia 18/11, o governo, através do MPOG, enviou um ofício para as entidades ANDES e PROIFES intitulado “Proposta do governo para negociação em 2015”. No documento, há a exposição do acordo já rejeitado pela categoria em assembleia, dentre os pontos a manutenção do “reajuste salarial” de 10,8% dividido em duas par-

está em colocar as decisões importantes do movimento para serem decididas pelo CEB, o que acaba fazendo com que os que estão em luta não possam decidir sobre a própria luta, mas sim os representantes dos CAs, que estão refletindo não a luta, mas a desmobilização geral dos cursos.

A ideia do Comitê Contra a Repressão também ganhou eco. Porém, a direção majoritária, junto com o Levante Popular da Juventude, tentaram confundir o Comitê com o GT paritário, como se ambos fossem a mesma coisa. Nós defendemos que o GT paritário era fruto da política de conciliação da direção majoritária do DCE com a reitoria, que já se mostrou um caminho errado, que o caminho seria a organização da luta coletiva direta contra a repressão, com a constituição do CCR. Porém, mesmo que em palavras se fale da “próxima reunião do comitê”, na prática o movimento foi desarmado quando se conseguiu que o ato não fosse deliberado.

É preciso ligar a luta contra a repressão com as reivindicações e métodos próprios de luta dos explorados, que são o que a burocracia ataca quando abre os processos contra os estudantes.

celas, 5,5% em agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017, manutenção da proposta inicial de pequenos reajustes de benefícios, (auxílio alimentação, assistência a saúde, assistência a pré-escola), a manutenção do grupo de trabalho com o MEC para tratar de pontos nas famosas mesas de negociação (enrolação), apresenta também uma proposta de reestruturação da malha remuneratória em três parcelas em 2017, 2018 e 2019. Esta proposta aponta para uma perda real do vencimento básico (VB), um impacto de um terço. Mais o verdadeiro objetivo do governo é amarrar a categoria para além do mandato do governo Dilma, quebrando a sua combatividade e resistência aos ataques à educação pública e contra o avanço da privatização nas universidades públicas.

A APUB postou no seu site no dia 19/11 a informação de que o governo acatou grande parte da contraposta apresentada pelo PROIFES. Não há novidades nesta informação para a base da categoria dada a relação simbiótica do governo com a Federação biônica Proifes. A APUB lançou o prazo para a consulta na base da categoria em obediência ao CD-PROIFES para os dias 24, 25 e 26 de novembro, com as alternativas de escolher pelo sim ou pelo não sobre a aceitação do acordo salarial proposto pelo governo, desconsiderando todas as decisões anteriormente tomadas pela categoria, sem convocar uma assembleia para que possamos discutir com a categoria os rumos do movimento docente frente aos profundos ataques do governo ao caráter público da Universidade.

Diante desta situação grave de desrespeito à categoria e à soberania das assembleias, a Corrente Proletária na Educação (CPE) defendeu na categoria: 1) Boicote à consulta eletrônica; 2) Exigência do cumprimento das deliberações das Assembleias; 3) Convocação imediata de uma assembleia para discutir os rumos da nossa luta. Como aconteceu na greve de 2012, mais uma vez o PROIFES traiu a categoria dos professores das IFE. É preciso organizar a oposição à burocracia proificista nas bases das entidades vinculadas à entidade biônica do PROIFES e fortalecer o trabalho da Corrente Proletária na Educação (CPE) nas bases docentes no sentido de avançar na política revolucionária para a educação e responder aos ataques do Governo Federal e estaduais. Não há outro caminho para enfrentar o avanço da privatização e desnacionalização da educação no país a não ser por meio da ação direta.

# USP: Mais um ataque da reitoria – fechar e terceirizar os bandejões

**Começou com a terceirização imediata do restaurante em São Carlos**

Zago/Alckmin continuam sua ofensiva de precarização e privatização da USP:

Reitor **extingue 225 cargos de auxiliar de cozinha e 148 cargos de cozinheiro**, entre outros.

Consequência imediata: **fechamento dos bandejões** e sua **terceirização**.

E mais: decidiu **terceirizar imediatamente o bandejão de São Carlos**, onde houve uma mobilização estudantil que impediu seu fechamento e um acordo para que uma comissão discutisse a viabilidade de funcionamento do restaurante, **acordo não cumprido por Zago**.

Até quando os ataques serão respondidos com **lutas isoladas** e corporativas? A prática tem provado que é preciso responder com a **unidade dos três setores** numa luta de fato **unificada**. Somente assim, usando o método das **grandes manifestações de rua** e em **unidade com os movimentos** será possível derrotar Zago/Alckmin.

Convocar a **assembleia geral universitária** (unificada dos três setores) para discutir e votar uma pauta de reivindicações geral, que **responda aos ataques no seu conjunto**; discutir e votar **ações unificadas de enfrentamento** ao reitor/governo; **apurar de forma independente as contas da USP**; elaborar um **orçamento que atenda às reais necessidades**, pondo fim a toda privatização; acabar com o poder autoritário do reitor e de sua burocracia, com o **fim da reitoria e do C.O.** e constituição de um **governo tripartite** (dos três setores), eleito por voto universal, com mandato revogável e subordinado à Assembleia Geral Universitária.

O reitor Zago publicou uma portaria extinguindo vários cargos. Principalmente, extingue 225 cargos de auxiliar de cozinha e 148 cargos de cozinheiro. Essa medida inviabilizará os restaurantes. Certamente, embora não declarado, o plano inclui a terceirização dos bandejões. Ou seja, entregá-los à exploração de uma empresa (não estranhem se ela pertencer a um professor membro da burocracia universitária), que vai superexplorar trabalhadores, a serem contratados sem os direitos de um funcionário da USP, e não se sabe qual será o custo de uma refeição. De qualquer forma, veremos recursos públicos sendo desviados em benefício particular inconfessável, aumento da exploração do trabalho e maior taxação dos estudantes. Este é um dos maiores ataques à USP enquanto universidade pública e gratuita. O conjunto de medidas de Zago/Alckmin é parte das medidas de ajuste fiscal, ditadas a partir do governo Dilma e assimiladas e praticadas pelo governo Alckmin, vide o fechamento de escolas combatido atualmente por dezenas de ocupações estudantis na rede estadual de ensino.

Qual a resposta que será dada a mais essa violência?

Será mais uma luta isolada dos funcionários atingidos? Por mais combativa e radicalizada que seja, terá força suficiente para derrotar a reitoria e o governo intransigentes?

Parece-nos que não.

Ou fazemos uma luta de fato unificada, o que requer uma pauta geral que contemple as reivindicações específicas e unifique ao seu redor a maioria dos que estudam e trabalham, para buscar nas ruas e na unidade com os demais movimentos a força necessária para derrotar Zago/Alckmin, ou veremos esse e mais ataques sendo impostos pela reitoria/governo autoritários, concretizando a precarização e privatização da USP.

**Lutas isoladas comprovam não serem capazes de derrotar Zago/Alckmin**

A reitoria continua sua ofensiva de medidas de precarização e privatização. É um ataque após outro. Alguns são respondidos de forma isolada. Em geral, quando não sofrem derrota, conseguem no máximo adiar as medidas privatistas ou de precarização. Só nas últimas semanas, Zago impôs:

a) a divisão da prefeitura (setor que mais se mobiliza, por contar com setores operários), com transferências de funcionários e sua pre-

carização. A greve dos funcionários conseguiu evitar o corte de ponto, mas não a divisão.

b) a não aplicação das cotas raciais na USP, punindo com processos os estudantes e trabalhadores que se mobilizaram para impedir a votação da política racista no Conselho Universitário.

c) implantou o policiamento “Koban” para policiar estudantes e trabalhadores, disfarçados e infiltrados como faziam os P2, só que agora oficializados.

d) tentativa de fechamento parcial do restaurante de São Carlos. A mobilização dos estudantes só conseguiu adiar a terceirização.

e) seguidos ataques aos trabalhadores do bandejão central, com aumento do trabalho de todos que não aderiram ao PDV, cortes de ponto (descontos nos salários), punições. Seguidas mobilizações não conseguiram garantir o emprego e salário de todos.

A greve dos funcionários de 2014 evitou o congelamento salarial. Mas obteve um reajuste abaixo da inflação. Em 2015, sem greve, obteve-se também reajuste abaixo da inflação, e parcelado. O PDV demitiu mil e quinhentos funcionários, precarizando os hospitais, as creches e os restaurantes, principalmente, afetando estudantes e funcionários.

Os cortes de gastos com bolsas de vários tipos, o enxugamento das salas Pró-Aluno, a negativa em cumprir a entrega dos blocos K e L para moradia, a suspensão da contratação de professores e funcionários até 2018, tudo isso afeta duramente os estudantes.

A desvinculação do HRAC e o plano de desvinculação do HU são medidas de precarização e privatização dos hospitais. Há planos da reitoria de desvinculação da moradia estudantil, entregando-a ao governo para depois destruí-la de vez.

## A responsabilidade das direções

Em 2014, os funcionários travaram uma dura batalha contra a reitoria, contra o congelamento salarial. Excetuando uma pequena vanguarda ativa desligada da direção do DCE, os estudantes permaneceram no apoio passivo. Os professores só entraram em greve formal e parcialmente; em sua grande maioria, não participaram das manifestações e enfrentamento com a repressão policial. Apesar de não conseguir impor o reajuste zero, o reitor manteve seus ataques em marcha.

No primeiro semestre de 2015, no ascenso grevista da educação no país, a USP caminhava para uma greve unitária e unificada com as demais universidades estaduais paulistas. Alckmin manobrou com o anúncio do corte de verbas das universidades na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), retirando-o logo em seguida. As direções sindicais avaliaram como uma conquista a manutenção da situação anterior. Sem qualquer assembleia de base, decidiram por cima, entre as direções, suspender a greve marcada para 1 de junho. É preciso dizer que as direções estudantis decidiram, também sem nenhuma decisão de base ou mesmo orgânica da direção (e nisso as correntes “opositoras” do DCE – MRT e MNN – se juntaram ao PSol/PSTU) defender contra a greve. Perdeu-se ali a oportunidade de realizar um movimento unitário de combate ao conjunto das medidas do reitor/governo.

Depois disso, temos assistido a uma série de lutas isoladas que se chocam com as medidas de Zago/Alckmin, mas que não têm a força necessária para derrotá-los. Luta após luta, fica claro que somente com a luta conjunta dos que estudam e trabalham será possível fazer frente à ofensiva privatista e de precarização.

O fato é que as direções sindicais e estudantis temem a unidade real numa assembleia unificada na qual não terão controle sobre as decisões das bases. O corporativismo é um forte obstáculo ao enfrentamento das medidas de desmonte da USP. Somente será possível rompê-lo com mobilização massiva das bases. O ponto de partida é uma forte campanha pela unidade, por uma assembleia geral universitária que organize a luta conjunta.

## Nesta edição:

- Argentina: Macri Presidente. Um novo administrador dos negócios da burguesia, abertamente pró-imperialista. Governará contra os interesses da grande maioria
- O Estado Islâmico e o atentado em Paris
- Abandono do leninismo

## Artigos das Seções

# Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



*Declaração do Partido Operário Revolucionário da Argentina, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional*

## Macri Presidente. Um novo administrador dos negócios da burguesia, abertamente pró-imperialista. Governará contra os interesses da grande maioria

No dia 22 de novembro, 97,5% dos eleitores optaram entre os candidatos que defendem a ordem capitalista e a propriedade privada dos grandes meios de produção. A classe operária e os oprimidos não tiveram praticamente nenhuma expressão política eleitoral. A classe operária e os oprimidos votaram nos seus verdugos.

As eleições, como dissemos anteriormente, são o maior ato de legitimação do regime de dominação capitalista, de sua ditadura de classe. O resultado da votação, o alto comparecimento às urnas, o fato de não se registrarem incidentes, legitimam o regime. Os meios de comunicação apresentam as eleições como um fortalecimento da democracia, da necessidade de alternância no poder. Nós afirmamos: **a mesma classe social continua no poder**, o que muda é a fração capitalista que assumirá a administração geral dos seus negócios nos próximos anos.

Macri é a representação política do conjunto da burguesia. Ele próprio é um burguês. Um rico empresário filho de um empresário que se enriqueceu extraordinariamente durante a ditadura. Macri é cercado por empresários poderosos que fizeram contribuições multimilionárias para sua campanha. Entre seus ministros colocou aqueles que tem relação direta com o capital financeiro internacional a quem Macri prometeu nomear.

A frente “Cambiamos”, que levou Macri à presidência, é integrada por outras forças políticas, dentre elas o radicalismo, mas é Macri e o PRO quem hegemoniza a frente, e a dirige. Seu programa político é de aberto alinhamento com os Estados Unidos. Assim o demonstra sua intenção de derrogar o memorando sobre o Irã, a proposta de condenar a Venezuela, avançar num acordo de livre comércio entre o Mercosul com a Europa, de confluir para a Aliança do Pacífico, de fazer acordo com os fundos-abutres e promover o endividamento com o capital financeiro.

**Macri governará para os grandes capitalistas contra o interesse nacional.** Não precisa nem anunciar todas as medidas que irá tomar. Já os conhecemos. Governará contra a grande maioria. O que consiga fazer dependerá do grau de resistência popular contra suas políticas.

Os setores poderosos que o rodeiam se consideram donos da vitória eleitoral e querem impor imediatamente sua política. Porém Macri é obrigado a administrar essas pressões poderosas e as resistências que enfrentará das frações capitalistas deslocadas. Dessa forma se chocará com limites para aplicar todo seu programa.

Venceu um candidato que defende explicitamente a subordinação da nação ao imperialismo. Macri não escondeu suas posições diante dos principais problemas da economia e da política, embora tenha se esforçado em “peronizar-se” e falar como um pastor religioso que prega o amor, união, esperança, convivência e tolerância para não ter que

falar de suas propostas econômicas. Suas posições políticas são abertamente neoliberais e entreguistas. Scioli, se ganhasse, também governaria para o grande capital nacional e estrangeiro. O kirchnerismo não apresentou uma linha estratégica diferente. No seu discurso somente tentou parecer enfrentado ao setor abutres do capital financeiro.

Scioli e o kirchnerismo foram derrotados pelo *Clarín* e pelas “corporações”, pela embaixada norte-americana, pela intervenção da igreja, pelas ações do judiciário, pelas divisões entre seus correligionários. Foram derrotados por milhões de votos que expressam o cansaço da inflação insuportável dos últimos anos, dos salários abaixo do custo de vida, da corrupção dos burocratas e funcionários do governo, das aposentadorias miseráveis que a maioria dos aposentados recebe, da elevada percentagem de trabalhadores precarizados, do crescimento da pobreza numa situação, que já dura vários anos, de crescimento da economia e enormes lucros das empresas. Foi sobre esta base que a campanha da oposição se apoiou. Por isso houve um componente de rejeição ao kirchnerismo na população. O oficialismo não pode explicar como, um grupo político formado há pouco mais de dez anos, baseado somente na cidade de Buenos Aires, que conseguiu apenas 5,5 milhões de votos nas primárias de agosto, conseguiu agora 12,8 milhões de votos, projetando-se como uma força nacional. Eles são responsáveis pela vitória de Macri e pelo fato do seu candidato ser Scioli.

A política do kirchnerismo contribuiu para que no segundo turno ficassem Macri e Scioli como candidatos. Não aceitamos as justificativas que foram todas operações conspirativas as que liquidaram as chances da FPV. Operações aconteceram e sempre há por parte de todos os candidatos, mas, o kirchnerismo foi impotente para enfrentá-las a fundo, achando que eram suficientes os discursos e a campanha na televisão.

O governo de Macri será um governo de crise. Já no primeiro dia, renunciou o dirigente radical Sanz, que havia apoiado a frente. Não será um governo de “técnicos”, “especialistas em gestão”, mas, um governo de homens alinhados claramente com o grande capital. São seus representantes e agirão em seu nome. Se chocarão com setores da própria burguesia que representa, incluindo setores que o apoiaram e tentarão impor seus interesses. Já provocou atritos com os governos da Venezuela e Equador. Já se atritou com Moyano da CGT, que agora se opõe à nomeação do ministro do trabalho. Os trabalhadores estão alertas, atentos às demissões e principalmente ao espetacular incremento dos preços nos últimos dias, antecipando a forte desvalorização que virá (demonstrando assim que era uma mentira que os preços da economia já estavam calculados pelo dólar no paralelo). Continua

latente nas massas o levante de 2001/2002.

Macri chega ao governo com uma diferença eleitoral mínima sobre a FPV. Seu partido é uma casca, não tem quadros políticos nem para completar com funcionários próprios os governos nacionais, da província de Buenos Aires e da Capital. Muitos cargos foram conquistados por personagens sem experiência nem trajetória política. A sua vitória é a mais clara expressão da decomposição política dos partidos históricos mais importantes da burguesia (o PJ e a UCR). No congresso, o bloco de deputados da Frente Para a Vitória (FPV) é majoritário, assim como no senado. O PRO e a Frente Cambiemos é expressão da crise dos partidos burgueses tradicionais.

A campanha da FIT foi um fracasso, não só pelo fato da quase totalidade dos seus eleitores anteriores votarem agora no Macri e no Scioli, mas, fundamentalmente por não ter levantado a estratégia política da classe operária, que abandonaram.

As medidas que o novo governo já anunciou terão impacto sobre a população. A desvalorização já se traduz numa intensa elevação dos preços. Da mesma forma, a eliminação das retenções às exportações reduz a arrecadação de impostos e os reajustes das tarifas na área metropolitana também reduz o poder aquisitivo dos trabalhadores. Se está iniciando uma redistribuição de renda que já beneficia intensamente a burguesia agropecuária.

## O Estado Islâmico e o atentado em Paris

O atentado, de 13 de novembro, na França, expôs o recrudescimento da intervenção do imperialismo no Oriente Médio e em vários pontos da África. Os franceses, tomados pela dramaticidade da ação terrorista, acreditaram que se tratava do contrário, que o Estado Islâmico é que recrudescia sua guerra contra a “civilização ocidental”. Essa imagem invertida foi insistentemente repisada pela propaganda mundial das potências.

O fundamental do episódio sangrento, porém, estava justamente na exposição de uma França amplamente envolvida nos combates aos jihadistas. As forças militares francesas não apenas participam na linha de frente da ampla coalizão montada pelos Estados Unidos, como agem por conta própria em defesa de seus interesses na África. A carnificina que vem resultando das intervenções das potências desde os anos 90 nestas regiões conflagra-das alimenta o ódio das massas árabes, que suportam brutais sacrifícios que parecem não ter fim. O jihadismo islâmico se nutre desse profundo sentimento dos povos oprimidos. Está aí por que o insolente ato do Estado Islâmico no coração da França foi sentido de forma tão distinta pelas massas árabes e pelos europeus.

Entre os franceses predomina a mentalidade colonialista, como em toda a Europa Ocidental. Assistem à burguesia de seu país pisotear o direito à autodeterminação das nações oprimidas sem esboçar uma reação contrária. Quando a maioria da população não apoia as incursões militares autorizadas por François Hollande, permanece alheia e passiva, como se não aumentasse o rio de sangue que separa a França dos povos do Oriente Médio e da África. O proletariado que poderia dar a resposta necessária e dirigir um movimento de defesa da autodeterminação das nações semicoloniais está amordaçado pela socialdemocracia e pelo seu braço burocrático nos sindicatos e nas centrais.

A burguesia francesa maneja livremente as armas da dominação e os meios que lhe permitem saquear os débeis países, países que carregam em suas entranhas o petróleo, o urânio, as pedras preciosas, enfim os recursos naturais. O trágico dia 13 quebrou a normalidade da encantadora Paris, abalou o espírito da “civili-

**Preparar a resistência.** Somente a classe operária com sua política pode encabeçar uma resistência consequente contra os planos dos grandes capitalistas. Os burocratas sindicais, pelo contrário, discutem a que preço venderão a sua colaboração com o novo governo para garantir a governabilidade e evitar as mobilizações dos trabalhadores para recuperar seus salários e aposentadorias. Chamam isso de pacto social.

Estamos diante de um governo que é inimigo da Nação, ao qual não se pode dar a mínima confiança, nem tempo, nem nada. Não queremos que “tenha sucesso”, porque isso significará que aplicará seu programa contra a maioria nacional. Não queremos esperar quatro anos para substituí-lo por qualquer outro governo burguês, com outro discurso. É necessária outra classe no governo, **o governo de outra classe**, a serviço da maioria. A classe operária somente poderá chegar ao poder acaudilhando a todos os oprimidos mediante a revolução social, que liquide a ditadura do capital.

Para que isso seja possível, a classe operária deve independentizar-se politicamente, construindo sua direção revolucionária, seu partido, superando definitivamente a tutela ideológica do nacionalismo.

É necessário fazer um completo balanço da experiência kirchnerista. A burguesia em sua versão nacionalista voltou a fracassar, expondo sua absoluta incapacidade para resolver as questões democráticas, nacionais e sociais.

zada” classe média, ensaguntou a noite boêmia e esportiva. Os militantes terroristas não foram para matar e sobreviver. Imolaram-se como islâmicos franceses e jihadistas. Seu ódio foi gestado em guetos, como os do departamento 9-3, de Seine-Saint-Denis.

Não por acaso, alguns analistas acentuam a importância da marginalização, discriminação e miséria da juventude muçulmana, que despertam nela a admiração ao jihadismo e explicam a adesão de muitos ao Estado Islâmico. A riqueza da França, a vistosa classe média e a acomodada aristocracia operária se asentam na continuidade do saque colonialista, cuja história está marcada por carnificinas, e nas massas miseráveis de imigrantes que servem à superexploração e à reserva de mão-de-obra.

Era completamente previsível que o monopólio da comunicação iria desatar uma ampla campanha mostrando a face inumana e cruel dos terroristas, assassinos de inocentes e, por isso, covardes. Tomado em si e congelado o fato em uma fotografia do momento, é assim que parece o ataque terrorista. Mas tomado em grandes dimensões, se observa que não se trata simplesmente de morte de inocentes, nem de covardia. A brutal intervenção sobre as nações oprimidas e as sanguinárias operações militares contra os jihadistas trouxeram pontualmente a guerra para o interior da França.

Trata-se de forças completamente desiguais. O terrorismo é a forma dos jihadistas se defenderem das poderosas armas. Os bombardeios matam não apenas os combatentes do EI. Milhares de civis são sepultados em escombros e dilacerados pelas potentes armas do imperialismo. É muito fácil dizer que se trata de efeitos colaterais, que, distintamente dos terroristas, os alvos não são os civis.

Ocorre que as guerras promovidas pelo capitalismo da época imperialista expressam o seu esgotamento histórico. Depois da hecatombe das duas guerras mundiais e da imposição da supremacia dos Estados Unidos, as tendências bélicas do imperialismo têm se dirigido aos povos oprimidos, que vêm reagindo à dominação dos monopólios e à submissão dos go-



vernos títeres. É bom trazer à memória a matança promovida pelos Estados Unidos no Vietnã, cujo resultado foi de mais de um milhão de vietcongues mortos, para apenas 58 mil soldados norte-americanos (a contagem dos mortos foi tão imprecisa que se estima de 1 a 2 milhões, o que não ocorreu com os dos Estados Unidos). Na guerra de intervenção no Afeganistão, iniciada em outubro de 2001, tombaram 21 mil civis e 10 mil soldados, números apurados no início de 2014. Quantos não serão no Iraque? Na invasão de Israel à Faixa de Gaza, em 2008, 1,4 mil perderam a vida, a maioria de civis, sendo que centenas deles, crianças. Os massacres de palestinos são parte da vasta opressão nacional que o imperialismo exerce no Oriente Médio e Norte da África.

Perde completamente o sentido condenar o Estado Islâmico pelos seus métodos bárbaros e por escolher alvos civis. Os bombardeios da poderosa aviação e marinha das potências não permitem traçar limites entre quem é e quem não é vítima. Hollande, Obamas e demais governos responsáveis pelas guerras na Síria, Iraque, Afeganistão e Líbia estão cumprindo seu papel de carniceiro condenando os “covardes” terroristas. É seu papel decretar um minuto de silêncio para as inocentes vítimas e fazer da Praça da República um santuário para romaria. O cinismo não tem tamanho, como não tem limite definido o direito do imperialismo de impor a mortandade a iraquianos, palestinos, afegãos, líbios, sírios, etc.

É terrível quando assistimos parte das esquerdas – principalmente os revisionistas do trotskismo – se colocarem nesse terreno e condenarem o Estado Islâmico por “assassinar” vítimas indefesas. O sentimentalismo pequeno-burguês serve à causa de um punhado de nações, que, com suas máquinas de guerra, mantém submetidas a grande maioria de nações oprimidas. Há que rechaçar as hipócritas campanhas “humanitárias” e “civilizatórias” do imperialismo contra os bárbaros jihadistas. Em vez de potenciar o sentimentalismo que serve aos carrascos, devem-se revelar as causas do terrorismo e as razões que levaram Paris a parar em uma noite de sangue, deparando-se ao vivo com a guerra que a burguesia imperialista trava no Oriente Médio.

Não condenar o atentado não é o mesmo que apoiar o Estado Islâmico. E defender os jihadistas contra as forças do imperialismo não é o mesmo que apoiar o terrorismo como método, nem seus objetivos religiosos. A política revolucionária do proletariado é a de combater ao lado da jihad nacionalista a ofensiva militar das potências no Oriente Médio, sem confundir os objetivos históricos, o programa, as tarefas e os métodos de luta.

O problema do método terrorista não está no tipo de violência. Numa guerra, os limites civilizados do emprego da violência se alargam indefinidamente. A matança de civis pelos bombardeios também resulta de uma forma de terrorismo, cuja letalidade é muito mais vasta. Mas o que interessa é o terrorismo praticado por organizações que nascem no seio das nações oprimidas. É completamente distinto do terrorismo imperialista. Assinalamos que se trata de um recurso das forças mais fracas contra as poderosas forças dos opressores. O Estado Islâmico não criou esse meio de combate, tão somente o adaptou às condições dos choques atuais no Oriente Médio e ampliou seu alcance para a casa dos inimigos.

Ocorre que os jihadistas não têm como vencer militarmente as potências sem que as massas se levantem com os métodos

de luta dos oprimidos. Assim, os vietnamitas do norte travaram uma longa guerra de guerrilha e venceram o poderoso invasor. Sem dúvida, esse método depende em muito das condições geográficas e naturais. O outro lado da questão é o objetivo histórico e as tarefas, que expressam o conteúdo de classe do confronto. Os jihadistas que pretendem criar um Califado – idealização reacionária de um Estado medieval, regido por um sultão, guardião das leis islâmicas –, na realidade, lutam pelo controle das riquezas naturais – o petróleo continua a ser a fonte de disputas. É direito do Estado Islâmico se apossar dos poços de petróleo e os arrancar do controle das potências.

Tanto os jihadistas quanto o imperialismo insistem que se trata de choques religiosos e de civilização. Ocultam-se as determinações históricas, econômicas e sociais que opõem as nações oprimidas às opressoras. A desintegração definitiva do Império turco Otomano sob o fogo da 1ª Guerra Mundial e as novas configurações de fronteiras nacionais impostas pelas potências na 2ª Guerra desataram forças potencialmente explosivas no Oriente Médio. A criação pela força das armas do Estado sionista de Israel estabeleceu uma trincheira do velho expansionismo colonial.

O nacionalismo árabe desde há muito é um fator presente e propulsor dos choques anti-imperialistas. Em fins do século XIX, o império Otomano, que se impôs entre os séculos XIV e XVI, já não se sustentava. Na primeira metade desse século, o Egito, mais desenvolvido, no norte da África, emergiu em meio a um grande atraso de toda a região como carro chefe da formação de Estados nacionais. Os ingleses intervieram para que um Estado unificado, constituído pelo Egito, província da Síria, Líbano e Palestina, não se consolidasse. A França conquistou a Argélia em uma campanha sangrenta. A fração muçulmana radical wahhbita, que inspira o Estado Islâmico, constituiu um império na Arábia, contrapondo-se ao avanço das forças capitalistas modernizadoras chefiadas pela Inglaterra. Constituiu-se um nacionalismo religioso wahhbita, de caráter semifeudal.

Durante mais de um século – aproximadamente de 1830 até a 2ª Guerra Mundial – a região sofreu uma ampla intervenção do colonialismo inglês e francês, principalmente. Batalhas, revoltas, esmagamentos e conquistas marcam esse período. As lutas pela independência nacional ganharam força nos anos 30 do século passado e inspirou o nacionalismo árabe, que se projetou nos anos 50. O Egito liderará um movimento sob a bandeira do pan-arabismo. Por ser o mais industrializado, expressava interesses da raquítica burguesia nacional. Liquidou-se a monarquia e instaurou-se uma República, dirigida pelos militares nacionalistas, sob o comando de Nasser. O nacionalismo burguês, no entanto, se mostrou incapaz de impor a independência nacional das semicolônias e fracassou no objetivo de estabelecer a unidade árabe.

Em toda parte, os Estados Unidos e aliados europeus passaram a comprar setores da feudal-burguesia, financiando o Estado e sustentando monarquias e ditaduras. Onde o nacionalismo não se submeteu, como foi o caso do Iraque, governado por Saddam Hussein, e onde já não mais servia ao imperialismo, vieram as soluções militares. A Guerra do Golfo e depois a intervenção norte-americana no Iraque, precedidas da guerra entre Irã e Iraque, impulsionaram um amplo processo de desintegração na região. É nesse quadro que a jihad ganha força, com suas diversas tendências. O Estado Islâmico emerge e se fortalece nesse quadro de avanço da barbárie imperialista



no Oriente Médio e Norte da África.

A penetração do capitalismo na região por meio da expansão do colonialismo e posteriormente do imperialismo esteve voltada, sobretudo, à exploração das riquezas naturais. O Egito tomou à frente com uma incipiente industrialização e serviu de fornecedor de matérias primas agrárias como o algodão de que tanto a Inglaterra necessitava. O Iraque e a Síria foram contidos. E a Arábia se tornou o grande produtor de petróleo, ao lado do Iraque, que chegou a iniciar a sua industrialização nacional e o Irã que mais avançou com a nacionalização. As formas pré-capitalistas de produção e as relações tribais conservaram um extraordinário peso na economia e nas relações sociais. De forma que as forças produtivas capitalistas mantiveram-se em grande atraso, o que explica a poderosa influência do islamismo na vida política da região, as profundas divisões entre os troncos sunitas e xiitas e a forte presença dos curdos que não conseguiram alcançar de fato a autodeterminação. Os choques tribais locais, as divisões religiosas, os conflitos étnicos e as guerras civis e entre países – a mais significativa de nossa época foi a do Iraque e Irã, do Iraque e Kuwait, de Israel e Palestina – estão marcadas pela intervenção do imperialismo, embora tenham suas particularidades nacionais.

Não se pode simplesmente passar uma borracha nessa confluência de fatores internos e externos, que há muito vem gestando levantes, guerras civis e guerra de intervenção imperialista, simplesmente porque o Estado Islâmico utiliza do terror, expressa a fração semifeudal do islamismo (wahhbita) e pretende um utópico Califado. Há que se considerar que é produto do domínio imperialista, que se sobrepõe às relações econômicas, sociais e nacionais internas à civilização árabe. O nacionalismo da burguesia árabe encarnado pelo Egito na década de 50 se esgotou na luta pelo pan-arabismo. Não havia uma poderosa fração industrial que pudesse se impor diante do imperialismo e liderar a unidade árabe no sentido de romper o atraso pré-capitalista e impulsionar as modernas forças produtivas. Nasser concluiu com a impostura de um “socialismo árabe” anticomunista. Nem se levantaram poderosos Estados nacionais, nem se estabilizaram as fronteiras nacionais. Sob o nacionalismo burguês não era possível conquistar a in-

dependência nacional, sem a independência não era possível a unidade árabe. As divisões foram alimentadas e exploradas pela Inglaterra e França, primeiro; em seguida, pelos Estados Unidos que impuseram sua hegemonia. Nem por isso o nacionalismo foi soterrado, reviveu agora na forma do Estado Islâmico e de outras tendências jihadistas.

O estalinismo se mostrou impotente diante da projeção norte-americana e da nova aliança do imperialismo surgida na 2ª Guerra. Os partidos comunistas árabes foram a fundo na política de colaboração de classes e de frente popular, mistificando a capacidade da incipiente burguesia nacional árabe de encabeçar um movimento de independência nacional. O também incipiente proletariado não contou com uma vanguarda marxista, de forma que não teve como constituir um programa revolucionário e responder aos profundos obstáculos históricos que bloquearam as forças produtivas na região. As experiências com o estalinismo e com os interesses burocráticos da ex-União Soviética sob o comando de Stálin foram negativas. Não foi possível, portanto, ao marxismo-leninismo-trotskismo deitar raízes nas massas árabes e não se constituiu uma tradição revolucionária que, na atual situação de desintegração do capitalismo, comparasse como força viva capaz de enfrentar a crise de direção.

É preciso lutar pela constituição dos partidos proletários e para isso não se pode fazer uma mínima concessão ao imperialismo condenando as ações do terrorismo defensivo do Estado Islâmico, bem como não apoiar em absolutamente nada de suas posições obscurantistas. O programa da independência nacional está inteiramente nas mãos do proletariado, por mais minoritário que seja (o proletariado árabe é parte do proletariado mundial). A derrota das potências invasoras depende de as massas se levantarem em armas contra a feudal-burguesia árabe, o que os jihadistas não podem fazer, uma vez que dependem desta ou daquela fração da classe dominante. Somente o proletariado organizado tem como unir a nação oprimida em uma frente única antiimperialista e desenvolver a estratégia da revolução social. Pela autodeterminação das nações oprimidas! Pela derrota política e militar do imperialismo! Lutemos para enterrar o capitalismo e construir o socialismo!

## As esquerdas e o ataque na França

# Abandono do leninismo

Não foi novidade que algumas das correntes que, infelizmente, ainda se reivindicam do trotskismo tenham condenado o atentado terrorista em Paris e se utilizado da situação para prestar solidariedade às vítimas. O Partido Obrero da Argentina foi o mais enfático: “Nossa solidariedade com as vítimas do terror fascista do EI, nenhum apoio ao Estado imperialista francês”. Diz a LIT-QI: “Nosso completo repúdio aos atentados que tiraram a vida de pessoas inocentes em Paris. Expressamos nossa solidariedade com os feridos e com as famílias das vítimas fatais”. Sentimos profundamente a dor do povo parisiense”. Eis a declaração da corrente morenista francesa ligada ao PTS argentino: “A emoção é completa diante deste morticínio em grande escala. Condenamos firmemente estes brutais atentados e nos solidarizamos com as vítimas e seus familiares”.

É sintomático que a primeira reação dos esquerdistas foi a da emoção diante do acontecimento trágico e a do sentimento para com as vítimas inocentes. Sabem perfeitamente que o imperialismo despeja potentes bombas contra os jihadistas – a principal organização em combate é no momento do EI -, não se preocupando em saber quem é “vítima inocente”. Quantos civis morreram na intervenção das potências no Afeganistão, Iraque, Líbia e Síria? Quem na França está se mobilizando contra a operação militar do imperialismo na Síria e no Iraque, para ficarmos nestes dois pontos de guerra? Há um sentimento de revolta contra a matança promovida desde o alto do firmamento pela moderna aviação de guerra da França, Estados Unidos (e agora da Rússia), etc. Ou tudo permanece na normalidade do dia a dia nestas potências que promovem as guerras civis e de ocupação no Oriente Médio, na África e na Ásia? Há

um apoio de grande parte dos franceses à política colonialista e de guerra de François Hollande ou a maioria está contra e exige que a burguesia francesa respeite a autodeterminação das nações oprimidas?

Não é digno do marxismo quem abstrai a violência e a transforme em sentimentalismo que oculta as suas causas, as ações e reações decorrentes. O ponto de partida para se formular uma posição não está no fato de pessoas que se divertiam serem tomadas de surpresa por um comando jihadista que as fulminou sem que pudessem esboçar qualquer reação. Esse foi o ponto de partida tomado por Hollande, que taxou o atentado terrorista de covardia. Ou seja, o EI não é capaz de enfrentar militarmente as Forças Armadas da França, então tomam de surpresa vítimas indefesas, portanto, uma conduta covarde. Os meios de comunicação imediatamente espalharam pelo mundo a dor pelas vítimas e o ódio àqueles que lutam contra a civilização ocidental. Observem que o imperialismo mostra sua dor pelas vítimas, tendo em contrapartida o ódio aos terroristas do EI.

PO quando afirma que os mortos são vítimas do terror fascista se coloca nesse terreno. O mesmo ocorre com o PTS e PSTU. Mas PO o caracteriza de “fascista”. Excede à realidade, com uma caracterização incorreta. Um atentado terrorista sim, mas fascista não! Atribuir ao EI um conteúdo fascista é absurdo. Há que se ter claro que encarna uma variante do nacionalismo muçulmano, que amparado pelo islamismo expressa o reacionarismo religioso. Não tem um programa anti-imperialista, ainda que se confronte com as potências por razões econômicas. Trata-se de um desvio, para justificar a falsa caracterização de fascista, a afirmação de que o EI está a serviço da Arábia Saudita, Qatar, Turquia e Israel. A falta de rigor em analisar as contradições históricas, econômicas e sociais que geram o jihadismo tem levado correntes de esquerda se apoiar em informações da CIA.

Que explicação se dá ao fato de que os Estados Unidos montaram uma poderosa coalizão para esmagar o EI e arrancarem de seu controle uma importante região que se estende do norte do Iraque à Síria? Por que Obama reluta em enviar tropas terrestres e assim inibe a França de fazê-lo? PO e morenistas estão pelo objetivo do imperialismo de derrotar o EI, varrê-lo ou submetê-lo? Ou não admitem que haja uma intervenção militar contra o EI e o jihadismo em geral? Essas são as principais questões que se não respondidas não se tem como tomar uma posição revolucionária diante do atentado em Paris, que é apenas um episódio de um violento choque entre o colonialismo imperialista e o jihadismo nacionalista.

Não condenamos o atentado terrorista, não lamentamos as mortes, nem qualificamos de “vítimas inocentes”. Por que somos desalmados? Por que não sabemos distinguir civis de soldados? Por que somos pela matança de civis? Por que apoiamos o terrorismo? Por que somos terroristas em potencial? Nenhum desses casos pode honestamente ser aplicado a nossa posição. Não condenamos o atentado terrorista devido a uma razão de ordem geral e estratégica. A condenação significa não reconhecer que se trata de um meio aplicado por uma força social-militar infinitamente inferior à força do imperialismo. É direito dos combatentes oprimidos e inferiorizados de usar os meios de combate que estiver ao seu alcance contra seus

inimigos. Quem condena o uso do terror pelos jihadistas, se coloca por sua derrota diante da poderosa máquina de guerra dos colonialistas. Quem se utiliza do sentimentalismo pequeno-burguês diante das vítimas do terror, se coloca pela derrota do EI. Em síntese, condenar o atentado significa colocar-se no campo do imperialismo, por mais que se apele às massas a lutar contra os opressores do mundo.

O marxismo, no entanto, não se confunde e não apoia o terrorismo, que se baseia na violência individual, embora não o condene por princípio. O uso do terror pelas massas contra seus opressores é parte da luta de classes. Há muito essa posição foi assentada por Lênin e pelo bolchevismo. Os atentados como os praticados pelos jihadistas não fazem parte dos métodos de luta coletiva do proletariado. Desgastam os governos burgueses, mas em seguida estes voltam a se fortalecer ganhando terreno. Utilizam o temor da classe média para justificar o aumento de força contra os adversários que praticam o terror individual. O proletariado desorganizado e despolitizado acaba sendo arrastado pela política do anti-terrorismo. Enfim as massas, por si sós, não alcançam compreender que o inimigo está em sua própria casa – a burguesia imperialista, exploradora e saqueadora.

Chegamos à conclusão que não se deve obscurecer a opressão nacional pelo fato do EI expressar o nacionalismo retrógrado e praticar métodos bárbaros de combate. O seu movimento armado não paira no ar. Não se sustentaria se não tivesse se formado nas entranhas da nação oprimida. Nenhuma força é capaz de suportar o cerco das potências sem que esteja expressando a rebelião de um povo saqueado. Se não se pode confundir a política dos jihadistas com a nação oprimida, também não se pode desconhecer que são parte dela.

O decisivo nessa relação é que expressam as contradições da nação oprimida e sua necessidade de se libertar do jugo das potências. Com todo o reacionarismo do EI, os marxistas não podem virar as costas para a guerra que se trava. Obrigatoriamente, é necessário defender o EI contra o objetivo das potências de esmagá-lo. O que está em questão, em último termo, é a defesa da nação oprimida. O leninismo que edificou a teoria histórica e econômica do imperialismo definiu como uma questão de programa e de princípio revolucionários a defesa das nações oprimidas contra as nações opressoras. Trata-se da luta pela independência nacional.

A ausência dos partidos revolucionários e da IV Internacional dificulta enormemente essa compreensão. Em não havendo uma vanguarda organizada no seio do proletariado internacional, não há o combate sob a estratégia da revolução social. O que impossibilita estabelecer um terreno da luta de classes e nacional distinto dos jihadistas e completamente oposto ao domínio imperialista. Mas o marxismo-leninismo-trotskismo tem formulado as bases programáticas para a legítima e correta defesa do Estado Islâmico contra as potências e os governos árabes títeres. O que fazem PO, PSTU e PTS é desconhecer o leninismo. Confundem a vanguarda com a condenação ao mesmo tempo do atentado e do imperialismo. Valem-se do cego sentimentalismo pequeno-burguês para não ser rechaçado pela classe média. Expressam no fundo a revisão democratizante do marxismo-leninismo-trotskismo.